



**REFLEXÕES SOBRE A INFLUÊNCIA DO DIREITO COSTUMEIRO NO DIREITO  
ADMINISTRATIVO ANGOLANO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE  
ANGOLA DE 2010**

**Adilson das Necessidades Ricardo Rodrigues**

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Direito (Ciências Jurídico-Administrativas)

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor António Francisco de Sousa

**Agosto de 2018**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha filha.

Ao longo destes dois anos de estudo e formação, as circunstâncias impuseram-nos uma ausência, mas a presença mais importante, a presença no coração, manteve-se forte, tradicionalmente forte!

Amo-te filha!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao Pai Celestial, pela saúde, coragem e dom de discernimento.

Agradeço a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho se tornar uma realidade.

Ao professor Maciel Santos, Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, um obrigado pelo apoio, pela ajuda e pela simplicidade ao longo da realização deste projeto.

À direção do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola, pela oportunidade, pois sem a sua prestimosa ajuda o meu sonho jamais se tornaria realidade.

Um obrigado especial ao Professor Doutor António Francisco de Sousa, meu orientador, pelo encorajamento na escolha do tema, pelo apoio, pela paciência, pela colaboração. Em suma, por tudo, aqui lhe deixo escrito o meu mais profundo agradecimento.

À minha família, em particular aos meus pais e a minha esposa, agradeço o seu apoio incondicional durante o longo período de ausência do solo pátrio e do chão familiar.

Muito obrigado!

N'ga sakidila!

## RESUMO

O objetivo primordial da presente dissertação é perceber o tratamento jurídico que o Direito Administrativo Angolano dá as Autoridades Tradicionais nos dias atuais. Pretende-se aqui estudar a constitucionalidade de certas práticas dirigidas por essas entidades e o seu próprio poder, bem como compreender o que mudou com a aprovação da Constituição da República de 2010 em relação a uma convivência pacífica entre o direito costumeiro e o direito positivo. Analisa-se igualmente o processo de Descentralização administrativa em Angola e as formas organizativas do Poder Local, e conclui-se que tal processo ainda se encontra longe da sua concretização plena apesar da existência de uma imposição constitucional a este respeito desde 1992. Clarifica-se que o costume, no caso angolano, assenta a sua obrigatoriedade em aspetos mágico-religiosos e no respeito pelo poder dos ancestrais na comunidade. Identifica-se que as cerca de 40.300 Autoridades Tradicionais, cuja legitimidade deriva da linhagem e da indicação ou elo político, carecem da aprovação de um Estatuto Jurídico que, por um lado, regule a sua organização e funcionamento, e, por outro, estabeleça juridicamente a sua relação com as demais formas do poder local e com o poder Estadual. Destarte, conclui-se que o poder Estadual deverá criar os melhores mecanismos que possibilitem uma convivência pacífica entre a ordem legal positiva e a ordem costumeira. Propõe-se, assim, duas grandes frentes de atuação; a primeira é relativa à criação de uma base jurídica fundamental para a institucionalização e o normal funcionamento do Poder Tradicional; a segunda é relativa à teorização do costume (possibilitando um amplo conhecimento das suas normas), e à criação de legislação que concretize o artigo 7.º da Constituição. Por fim, este trabalho chama a atenção para o facto de que, apesar de a Constituição de 2010 impor limites à aplicação das normas costumeiras, continuam ainda a existir, nas comunidades tradicionais angolanas, ações que atentam contra a Constituição e a dignidade da pessoa humana. Este é um problema que carece de completa resolução. Para se encontrar uma solução a este nível, importa, desde logo, começar pela elevação do nível de cultura jurídica das Autoridades Tradicionais.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

**Autoridades Tradicionais. Costume. Poder Local. Descentralização. Reconhecimento Jurídico.**

## **ABSTRACT**

The main objective of this dissertation is to understand the legal treatment that the Angolan Administrative Law gives the Traditional Authorities in the present day. It is intended here to study the constitutionality of certain practices directed by these entities and their own power, as well as to understand what has changed with the approval of the Constitution of the Republic of 2010 in relation to a peaceful coexistence between customary law and positive law. It also analyzes the process of administrative decentralization in Angola and the organizational forms of Local Government, and it is concluded that this process is still far from being fully realized despite the existence of a constitutional imposition in this respect since 1992. Clarifies that the custom, in the Angolan case, is based on its obligatoriness in magical-religious aspects and respect for the power of the ancestors in the community. It is identified that the approximately 40,300 Traditional Authorities, whose legitimacy derives from lineage and political indication or link, require the approval of a Legal Statute that, on the one hand, regulates its organization and functioning, and, on the other hand, legally establishes its relation with other forms of local power and State power. Thus, it is concluded that State power should create the best mechanisms that enable a peaceful coexistence between the positive legal order and the customary order. Thus, two major fronts of action are proposed; the first concerns the creation of a fundamental legal basis for the institutionalization and normal functioning of Traditional Power; the second concerns the theorizing of custom (enabling a broad knowledge of its norms), and the creation of legislation that concretises Article 7 of the Constitution. Finally, this work draws attention to the fact that, even though the 2010 Constitution imposes limits on the application of customary norms, there are still in the traditional Angolan communities actions that violate the Constitution and the dignity of the human person. This is a problem that needs complete resolution. In order to find a solution at this level, it is important first of all to begin by raising the level of legal culture of the Traditional Authorities.

### **KEYWORDS:**

**Traditional Authorities. Custom. Local Power. Decentralization. Legal Recognition.**

# ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O COSTUME E A AUTORIDADE TRADICIONAL	3
1.1. – CARACTERIZAÇÃO DO COSTUME	3
1.1.1. – REQUISITOS DO COSTUME	4
1.1.2 – FUNDAMENTOS DA OBRIGATORIEDADE DO COSTUME	5
1.1.3. – O COSTUME COMO FONTE DE DIREITO ADMINISTRATIVO EM ANGOLA	6
1.2. – O DIREITO COSTUMEIRO	8
1.3 – A AUTORIDADE TRADICIONAL EM ANGOLA	9
1.3.1- LEGITIMIDADE	13
1.3.2 – CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA	17
1.4 – DISCREPÂNCIAS ENTRE O EXERCÍCIO DO PODER TRADICIONAL E A CONSTITUIÇÃO DE 2010	19
1.5 – A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM ANGOLA	20
1.5.1- O PODER LOCAL	24
1.5.2 – RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL ENTRE ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL, PODER LOCAL, E AUTORIDADES TRADICIONAIS	29
CAPÍTULO II- O PODER TRADICIONAL EM ALGUNS GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS	32
2.1- A AUTORIDADE TRADICIONAL ENTRE OS AMBÓ	32
2.2 – A AUTORIDADE TRADICIONAL NOS OVIMBUNDU	34
2.3 – A AUTORIDADE TRADICIONAL NOS NYANEKA-HUMBE	36
CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO DO COSTUME E DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA ORDEM JURÍDICA PLURAL ANGOLANA	38
3.1- FORMAS DE INTEGRAÇÃO DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NOS SISTEMAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVOS DE ÁFRICA	38
3.2- RECONHECIMENTO JURÍDICO DO COSTUME E DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS	40
3.2.1- PERÍODO PRÉ-COLONIAL	41
3.2.2- PERÍODO COLONIAL	41
3.2.3 – PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA E PERÍODO DEMOCRÁTICO ATUAL	45
3.3- (IN) CONSTITUCIONALIDADE DE CERTAS PRÁTICAS COSTUMEIRAS	48
3.4- A DIFÍCIL TAREFA DE CONCILIAR DIREITO POSITIVO E DIREITO COSTUMEIRO	49
3.5- PRINCIPAIS TAREFAS A DESENVOLVER À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO	52
3.6 – A TUTELA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES DO PODER TRADICIONAL	54
CONCLUSÕES	55
BIBLIOGRAFIA	57

## INTRODUÇÃO

As autoridades tradicionais em Angola são entidades que representam e exercem o poder no seio da organização político-comunitária. Até 2016 estavam registadas um total de 40.300 entidades que realizam tarefas administrativas dentro da comunidade.

A existência das mesmas remonta ao período pré-colonial mas essas autoridades só começaram a ganhar grande visibilidade nos Estados africanos pós-independentes, com o início da reconfiguração político-administrativa dos mesmos, deixando para atrás o regime do monopartidarismo e dando início ao regime democrático, com o surgimento de partidos políticos, organizações cívicas, sindicatos entre outros, estando os Estados direcionados a modelos de desconcentração do poder e de descentralização administrativa.

Estas entidades reúnem legitimidade junto das comunidades com base em regras costumeiras, e em África foram sendo integradas segundo dois modelos: o monista de inspiração inglesa (*indirect rule*) que enquadrou as autoridades tradicionais na administração pública, e o modelo dualista, que no seu essencial as encarou num sistema paralelo à administração estadual.

As autoridades tradicionais têm fundamental importância na vida das populações. Acabam por preencher alguns dos espaços deixados pelo Estado, que não tem conseguido uma presença global no seio das comunidades, apesar de todos os progressos verificados. A sua atividade é regida por normas costumeiras, o que configura um complexo problema em conciliar a dicotomia entre Direito Positivo e Direito Costumeiro.

Apesar do reconhecimento constitucional do costume e das instituições de poder tradicional, o problema de estabelecer limites à aplicação do direito costumeiro na ordem jurídica vigente parece não ter sido resolvido, pois, embora em número reduzido e pontual, continuam a existir práticas que violam a Constituição da República Angolana.

O nosso objetivo, neste trabalho, é contribuir para a discussão sobre enquadramento jurídico das autoridades tradicionais, a sua legitimidade, a constitucionalidade de certas práticas costumeiras, a sua relação com a administração Estadual e com as demais formas do poder local, bem como os limites territoriais da sua jurisdição. Como veremos, é ingente e gritante a necessidade de concretização da Constituição da República no que tange à aprovação de legislação de base para a institucionalização e normal funcionamento do poder tradicional em

Angola.

Assim, a presente dissertação tem como principal objetivo perceber o tratamento jurídico que o Direito Administrativo Angolano dá as autoridades tradicionais; constatar o que mudou com a aprovação da Constituição da República em 2010, em relação ao problema da dicotomia entre as duas ordens normativas, bem como esboçar opiniões sobre os passos que deverão ser dados na construção da legislação de base para regular a atividade das instituições do poder tradicional e a sua relação com os demais poderes.

Destarte, a escolha deste tema justifica-se pelo facto de o direito costumeiro não ter conhecido ainda grandes avanços doutrinários e legislativos. Este trabalho junta-se, portanto, a um leque restrito de outros já existentes. Vale a pena continuar a estudar este assunto pois permanece por concretizar de forma plena a vontade do legislador constituinte relativamente ao poder tradicional.

Numa altura em que parece ter “pernas para andar” o processo de descentralização administrativa em Angola, um estudo como este afigura-se de suma importância para a compreensão da edificação do poder tradicional e das modelizações que deverão configurar a sua relação com o Estado e as demais formas do poder local.

Portanto, o nosso trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo definimos os principais conceitos como costume, autoridade tradicional, bem como os principais aspetos que conformam a sua legitimidade, sua classificação hierárquica; apresentamos algumas discrepâncias entre o exercício do poder tradicional e a Constituição; abordamos, no contexto angolano, o processo de descentralização administrativa em Angola e o poder local, o costume como fonte de direito administrativo e, por fim, a relação institucional entre essas entidades e a administração Estadual. O segundo capítulo debruça-se sobre a presença do poder tradicional em alguns grupos etnolinguísticos existentes em Angola, percebendo, desta forma, as especificidades dessa forma de poder verificadas em cada um deles. O terceiro e último capítulo analisa o enquadramento jurídico do costume e das autoridades tradicionais nos diversos períodos da história do país; estuda também a forma de integração destas entidades no sistema político-administrativo no cenário africano; questionamos a constitucionalidade de certas práticas costumeiras; abordamos ainda o complexo exercício de conciliar as duas ordens normativas, a costumeira e a positiva, bem como as principais tarefas a serem desenvolvidas para a concreta integração dessas individualidades tradicionais na ordem jurídica plural angolana.



# CAPÍTULO I – O COSTUME E A AUTORIDADE TRADICIONAL

## 1.1. – Caracterização do Costume

O costume é um comportamento ou prática que se repete no tempo, um hábito duradouro, praticado espontaneamente, com convicção de obrigatoriedade. Nas comunidades rurais, desde os tempos primitivos que o costume vem formando Direito. É frequente verificar-se no meio rural angolano, ao longo dos anos, a transmissão aos mais novos, através dos Sobas e demais anciãos, de práticas e hábitos que vão pautando a conduta do homem dentro da comunidade.

O costume é, assim, enquadrado como um dos tipos de ação social, diferindo desta forma dos usos e da própria convenção. Segundo Max Weber, o costume, na sua aceção primária, significará uma regra não externamente garantida, a que o agente de facto se atém livremente, quer apenas de modo incon siderado, quer por comodidade, ou quaisquer outros motivos, e cuja observância possível pode, em virtude de tais motivos, esperar de outros indivíduos que pertencem ao mesmo círculo.<sup>1</sup> Acresce que a estabilidade do simples costume baseia-se essencialmente no facto de que quem por ele não orienta a sua ação age de modo desajustado, e deve, por essa razão, aceitar de antemão pequenas e grandes incomodidades e inconvenientes enquanto a ação da maioria pertencente ao seu meio ambiente contar com a subsistência do costume e a ele se ajustar.<sup>2</sup>

Naturalmente, este costume tem uma evolução fluida, quer para convenção, quer para o direito. Ora, a evolução para convenção, no entender de Weber, já comporta uma validade externamente garantida pela probabilidade de que, no interior de um determinado círculo de homens, um desvio na conduta virá esbarrar numa reprovação geral e praticamente sensível. A convenção, por conter já um carácter coercivo, é, assim, uma classe mais elevada do que o simples costume.<sup>3</sup>

O carácter coercivo desta classe de costume encontra o seu fundamento sobretudo nas próprias relações sociais na medida em que quem depende do apoio no seu círculo de amigos faz por isso bem em submeter-se às suas normas, e o mesmo se dirá do indivíduo que transgride,

---

<sup>1</sup> WEBER, Max, **Conceitos Sociológicos Fundamentais**, tradução de Artur Morão, Lisboa: Edições 70, 2015, pp.52-53.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.54.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.59.

deverá contar com as consequências da sua conduta. Portanto, a fonte do poder coercivo de todas as normas sociais e do Direito decorre dentro da ação da Ética, além da observância externa de preceitos, dos costumes, da religião, da honra, do decoro, do bom-tom, da moda.<sup>4</sup>

Destarte, Freitas do Amaral define o costume como “a prática habitualmente seguida, desde os tempos imemoriais, por todo o povo, por parte dele, ou por determinadas instituições, ao adotar certos comportamentos sociais na convicção de que são impostos ou permitidos pelo Direito”<sup>5</sup> Assim, o costume em Angola e na maior parte dos países africanos está presente no *modus vivendi* das populações e deve ser visto e adotado dentro da ordem jurídica vigente em cada país.

### 1.1.1. - Requisitos do costume

Para que haja costume como fonte de direito, é fundamental a presença de dois elementos característicos: o *corpus* e o *animus*. Além destes dois elementos, alguns autores apresentam um terceiro que é a *duração*.

O *corpus*, consuetudo (elemento objetivo), caracteriza-se pela prática reiterada, a prática habitualmente seguida; já o *animus* (elemento subjetivo) é a convicção, por parte de quem adota um costume, de que esta prática reiterada lhe seja imposta, ou permitida pelo direito<sup>6</sup>; trata-se da *opinio juris vel necessitatis* da tradição romana, traduzindo-se assim num elemento essencial do facto consuetudinário, pois os atos constitutivos têm de ser praticados com a convicção de que devem sê-lo.

Quanto ao terceiro elemento, a *duração*, em que se exige um período de tempo mínimo necessário para a conversão de determinada prática em costume como fonte de direito, à semelhança da *Lei da Boa Razão de 1769*, promulgada, em Portugal, pelo Marquês de Pombal, a qual exigia 100 anos para que o costume fosse considerado como fonte de direito; ora, se regressarmos à noção trazida por Freitas do Amaral, constata-se que, na opinião deste autor, para que o costume se eleve como fonte de direito, o mesmo tem de durar desde tempos imemoriais. Ou seja, desta forma, os homens vivos em determinado momento já não conseguem recordar-se quando teve início a prática habitual<sup>7</sup>. Daí que a *duração* enquanto período de tempo mínimo necessário para que o costume se torne fonte de direito não nos pareça um elemento

---

<sup>4</sup> ZIPPELIUS, Reinhold, **Sociologia do Direito e do Estado**. Noções Fundamentais, tradução de António Franco e António Francisco de Sousa, São Paulo: Editora Saraiva, 2016, pp.101-102.

<sup>5</sup> AMARAL, Diogo Freitas do, **Manual de Introdução ao Direito**, Vol.I, Coimbra: Almedina, 2004, p.373.

<sup>6</sup> *Idem*, p.373.

<sup>7</sup> AMARAL, Diogo Freitas do, *op. cit.*, p.373.

essencial.

É fundamental fazer notar aqui, no que respeita ao caso angolano, um aspeto típico do costume. Trata-se do seu aspeto espiritual e mágico-religioso que está ligado ao temor da sanção divina e do poder dos seus ancestrais, entidades em cuja existência a população rural crê bastante, e daí o acatamento pleno do seu poder influenciador. Este é o elemento essencial que conduz à obrigatoriedade das normas costumeiras nas comunidades político-tradicionais do país.

São apresentadas na doutrina, algumas espécies de costume. Assim temos costumes internacionais, constitucionais, administrativos, civis, penais, entre outros. Já no que tange ao âmbito territorial, podem existir costumes internacionais, nacionais, regionais, locais e institucionais. No quadro da sua relação com a lei, são designados os costumes *secundum legem*, quando estão conforme a lei; os costumes *praeter legem*, que dispõem sobre matérias não reguladas por lei, servindo, neste caso, como método de integração de lacunas; e os costumes *contra legem* que se caracterizam por práticas consuetudinárias opostas ao estipulado na lei<sup>8</sup>.

Importa observar, sem desprimor por esta categorização lógico-descritiva e doutrinária do costume em relação à lei, que a mesma, parece-nos, tende mais para uma perspetiva positivista do Direito (sobretudo, legalista). É que não podemos perder de vista o carácter de oralidade da fonte consuetudinária, que, ainda assim, não deixa de possuir os seus traços de juridicidade, bem como a posição equiparada do costume em relação à lei, que viria a ser consagrada pela Constituição. Logo, teríamos, como Carlos Feijó entendeu classificar, os costumes *secundum juris* e os costumes *contra juris*, ou seja, pela natureza das coisas não se poderia considerar um costume *praeter juris*<sup>9</sup>.

### 1.1.2 – Fundamentos da obrigatoriedade do costume

A questão da obrigatoriedade do costume está relacionada como a sua legitimidade, isto é, como gera a sua aceitação no seio da comunidade, tornando-se mesmo de cumprimento obrigatório pelos membros desta. Inocêncio Galvão Telles refere três tipos de construção dos fundamentos dessa obrigatoriedade do costume ao nível doutrinário. A primeira construção é a

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.376.

<sup>9</sup> FEIJÓ, Carlos, *A Coexistência Normativa entre o Estado e Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*, Coimbra: Almedina, 2012, p.75.

que vê a obrigatoriedade do costume pelo facto de o mesmo ter proveniência no aspeto volitivo do legislador; aqui o costume só tem validade jurídica porque é obra do legislador, o Direito seria criado por duas vias, a direta pela lei e a indireta pelo costume; a segunda construção encara a obrigatoriedade do costume pelo facto do Estado o autorizar, isto é, ainda que se verifiquem os seus requisitos essenciais, é o Estado que lhe dá o cunho de juridicidade; a última construção encara a obrigatoriedade do costume, a sua legitimidade, por ser um produto da consciência social, por ser um elemento do foro psicológico dos membros que compõem a comunidade, sendo esta uma construção definidora influenciada pela Escola Histórica do Direito, que tem em SAVIGNY o seu principal percursor, na qual se defende a ideia de que a origem primeira do Direito está no povo<sup>10</sup>.

Quanto a nós, não nos parece restar dúvidas sobre a excelência e justeza da terceira construção. Como referimos anteriormente, no caso angolano, o costume nasce e forja a sua legitimidade no seio das comunidades, como modo de organização social que respeita questões divinas e o temor aos ancestrais, tendo em conta aspetos mágico-religiosos reinantes nessas comunidades. Desta forma, o seu acatamento não depende da vontade de quaisquer legisladores, e tão-pouco o Estado para positivar tais práticas. O nosso acolhimento dessa terceira construção definidora decorre do facto de ela ter como bandeira que a origem Direito reside no povo.

### **1.1.3. – O costume como fonte de direito administrativo em Angola**

Antes de nos debruçarmos sobre costume como fonte da ciência jurídico-administrativa, importa assinalar, ainda que de forma brevíssima, que a questão da admissibilidade do costume como fonte de direito tem levantado um aceso debate doutrinário ao nível internacional, muito por conta da sua ausência em textos de várias Constituições e na legislação ordinária de alguns países, de entre os quais Portugal é um exemplo paradigmático.

Assim, são apresentadas duas teorias para enquadrar o fundamento jurídico do costume. A *Teoria Estatista* considera o costume juridicamente vinculativo só por vontade do Estado. Já a *Teoria Pluralista* considera o costume juridicamente vinculativo na medida em que é prezado pelo desígnio do povo. A nossa opção pela segunda teoria é bastante clara pela razão de o costume nascer autenticamente no meio da comunidade, e, por conseguinte, não necessitar de

---

<sup>10</sup> TELLES, Inocêncio Galvão, **Introdução ao Estudo do Direito**, Vol.I, 1ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1999, pp.120-126.

um *facere* ou *non facere* do Estado. Ademais, o regime jurídico-constitucional vigente em Angola, está direcionado no sentido de a soberania residir no povo, tendo, portanto, o costume como fonte de Direito o seu fundamento jurídico na *voluntas populi*.

No âmbito da ciência jurídico-administrativa, observe-se que, desde a génese do moderno Direito Administrativo que as fontes deste ramo do direito centravam-se em lei, regulamento, ato, contrato e costume. Todavia, essa perspetiva tradicional das fontes de Direito Administrativo deve ser atualizada em função das exigências impostas pelo mundo do Direito nos dias hodiernos,<sup>11</sup> sendo certo que, para desencadear tal processo, é forçoso conhecer a realidade social que determina o conteúdo das normas jurídicas, aquilo que Zippelius designa por “condicionamento sociológico do conteúdo do direito”.<sup>12</sup>

Resulta de tudo isso que o costume integrou sempre, desde os primórdios, a doutrina das fontes de direito administrativo, apesar do papel central que a lei sempre ocupou na prática administrativa. Este papel é reforçado pelo facto de a criação das próprias normas administrativas ter sempre um sentido centralizador, o que a torna de certa forma incompatível com a ideia de costume que tem origem local, entre as comunidades<sup>13</sup>. O quadro normativo reinante aos níveis central e institucional emana do direito positivo.

Portanto, é líquido que, em Angola, o costume é fonte de direito administrativo. Esta realidade jurídica é claramente ancorada, desde logo, pelo princípio constante do artigo 7º da Constituição que reconhece a validade e força jurídica do costume. Por conseguinte, a Administração, na sua atividade e interação com os particulares, pode, assim, observar normas de base consuetudinária.

Acresce a isto que o direito costumeiro tem o seu maior âmbito de ação na Administração Local, uma vez que vigora no seio de pequenas comunidades com interesses próprios. No n.º 2 do artigo 223.º da Constituição é mesmo escrito que todas as entidades públicas e privadas estão obrigadas a respeitar, na sua relação com as Instituições do Poder Tradicional, os valores e normas costumeiras observadas no interior das mesmas. Destarte, o costume é também fonte de direito administrativo<sup>14</sup> no ordenamento jurídico Angola.

---

<sup>11</sup> SOUSA, António Francisco de, **Administração Pública e Direito Administrativo**. Novos Paradigmas, Porto: Vida Económica, 2016, p.98.

<sup>12</sup> ZIPPELIUS, Reinhold, *op. cit.*, p.114.

<sup>13</sup> QUEIRÓ, Afonso Rodrigues, **Lições de Direito Administrativo**, Vol.I, Coimbra: [s.n.], 1976, pp.312-313

<sup>14</sup> No mesmo sentido v. CAETANO, Marcello, **Manual de Direito Administrativo**, Vol. I, 10.ª Ed., Coimbra: Almedina, 1991, pp.81-82.

## 1.2. - O Direito Costumeiro

O Direito Costumeiro é entendido como aquele conjunto de normas e preceitos que emergem da vontade dos antepassados, e tem como função dirimir os conflitos da vida em comunidade. É o direito que deflui do costume e reina durante milhares de anos. Está, pois, assim, diferenciado do Direito Positivo já que este último se fundamenta na existência de uma autoridade política constituída, o Estado, enquanto o Direito Costumeiro é vigente e opera independentemente desta autoridade.

Neste sentido, o estudo do Direito costumeiro deve situar-se na perspectiva de compreensão do Direito, respeitando o dinamismo social e os fenómenos histórico-culturais. Além de se reputar a um conjunto de normas imutáveis e inalteradas desde tempos imemoriais, atualmente compreende-se que este Direito costumeiro contempla também diversos aspetos que vão desde elementos culturais do período pré-colonial até referências contemporâneas que foram incorporadas dinamicamente nas comunidades rurais<sup>15</sup>.

Um aspeto digno de realce no direito costumeiro é a sua característica de oralidade. Trata-se de um direito não escrito e, por isso, é substancialmente diferente do direito positivo até mesmo na forma de resolução de litígios. No caso concreto de Angola, esta nação está inserida numa pluralidade jurídica e como tal não tem sido ainda pacífica a convivência entre direito positivo e direito costumeiro.<sup>16</sup> Entretanto, mesmo no direito costumeiro, a resolução de conflitos não é uniforme, porque existem tantas ordens costumeiras quantos espaços e entidades sociocultural, o que permite concluir que o próprio direito costumeiro é em si mesmo uma pluralidade.<sup>17</sup>

Por conseguinte, no direito costumeiro a resolução de conflitos culmina com a sanção correspondente ao tipo de infração cometida. As sanções podem ter natureza económica, psicológica, sobrenatural ou autoimposta. Continuam a existir também, dentro das comunidades tradicionais, sanções corporais, de entre as quais realçamos o açoitamento com bastão e bofetadas a que o infrator é submetido. Tais castigos configuram práticas contrárias ao Estado democrático de direito, mas possuem ainda assim a sua legitimidade no meio local; já as sanções

---

<sup>15</sup> CURI, Melissa Volpato. **O Direito Consuetudinário dos Povos Indígenas e o Pluralismo Jurídico**. Espaço Ameríndio. Porto Alegre, v. 6, n.2, p.230-247, jul./dez.2012. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/article/download>. Acesso em 4.10.17

<sup>16</sup> Mais adiante, abordaremos a questão da dicotomia entre a ordem legal e a ordem extralegal.

<sup>17</sup> GUERRA, José Morais, **Em Defesa do Direito Consuetudinário Angolano**, in OLIVEIRA, Ana Maria de, (Coord.) 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território, Luanda: Editorial Nzila, Lda., 2003, pp.156-157.

económicas tendem a ser mais suaves, traduzem-se apenas no pagamento de bens, normalmente alimentícios.

Em situação de morte de alguém, as ações para resolução do caso têm por base aspetos endógenos do direito ancestral, segundo o qual a morte só pode ter duas causas, a direta ou indireta; as causas diretas provêm de Deus e as causas indiretas são provenientes da ação do homem. Nessas comunidades, crê-se morte direta aquela que é motivada por catástrofes da Natureza ou por acidente fortuito; quanto à morte indireta, é a resultante de causas como feitiço, assassinato e envenenamento.<sup>18</sup> Assim, a primeira não origina ação punitiva, já na morte indireta a punição é movida pela família do *de cuius*.

Ora, um conflito deste tipo é resolvido sob a jurisdição do Soba (a Autoridade Tradicional) que, na sua *embala*, lugar onde se situa o seu centro político-administrativo, procura, de acordo as normas consuetudinárias, dar um veredicto sobre a contenda, contando com o auxílio dos seus colaboradores diretos. A sessão plenária de trabalhos é aberta a toda comunidade, dado que a prática das normas consuetudinárias implica a organização de um tribunal que procede à gestão das mesmas, em secções públicas onde as partes têm direito a defesa feita por um advogado, *Kimpovi*, na língua tradicional Kikongo, o qual deve conhecer bem provérbios tradicionais, pois, nessas sessões de julgamento, só se utiliza uma linguagem coloquial.<sup>19</sup>

### 1.3 – A Autoridade Tradicional em Angola

No sistema consuetudinário bantu, o Soba (*muene* na língua Kimbundu) é a figura mais proeminente, a autoridade máxima de uma comunidade, ao qual são atribuídas as responsabilidades de resolução de todos os problemas da comunidade. Ele é o garante da justiça, é uma espécie de *pater familias* da tradição romana.

A partir das conclusões dos relatórios das representações provinciais no *1.º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional*, realizado em Angola em 2002, pode inferir-se que essa Autoridade é olhada como um chefe de família alargada representando o coletivo, possui um território e goza de prestígio e autoridade na comunidade que lidera e entre os seus vizinhos, em harmonia com os usos e costumes. O seu carácter incontestável resulta de ser um poder herdado (na sucessão para postos da hierarquia) de acordo com a linhagem estabelecida pelos

---

<sup>18</sup> MILHEIROS, Mário, **Mensário Administrativo**, Publicação de Assuntos de Interesse Colonial, n.º 17, Luanda: Edição da Direção dos Serviços de Administração Civil, 1949, p.18.

<sup>19</sup> ZASSALA, Carlinhos, **A Organização Tradicional como fator do Desenvolvimento Socioeconómico e Cultural das Sociedades Tradicionais**, in OLIVEIRA, Ana Maria de, (Coord.), *op. cit.*, p.442.

ancestrais. Assim, o Soba é o homem que conhece a tradição, e a naturalidade e o conhecimento da tradição são imprescindíveis para ser autoridade. Este Rei (*Ohamba*) trata-se de figura com grande autoridade moral, jurídica e educativa, condição *sine qua non* do equilíbrio e unidade do reinado; é também o elo de ligação entre a população e o Governo, apresentando junto deste os problemas para o melhoramento da vida comunitária. Esta autoridade é também vista como sagrada, pois o poder é considerado sagrado (*Ussoma Ukola*). É, por fim, o indivíduo responsável por velar pela ordem, visando a harmonia social.

É, por isso, perceptível o quão vasto e rico é o conceito de Autoridade Tradicional nas comunidades, o qual engloba desde realidades sagradas até procedimentos de administração de um poder político.

No entender de Alain Souto Rémy, as Autoridades Tradicionais, são uma espécie de mecanismo de regulação de conflitos e de manifestação de exercício de poder intrassocial.<sup>20</sup> Nós vamos mais longe. Em nosso entender, o papel das autoridades tradicionais vai além do que foi dito. Representam a sociedade, quer no plano interno, quer no plano das relações externas, mas têm ainda a função principal de guardiãs da cultura nacional, sendo este um dos principais traços identitários de uma nação que tem sobrevivido ao longo dos séculos, resultando daqui a sua originalidade, ou não fosse o poder tradicional anterior ao Estado moderno.

Entretanto, discute-se doutrinariamente a questão de saber se a autoridade tradicional é um indivíduo que exerce o poder junto das comunidades tradicionais ou se se trata de uma Instituição?!

Auxiliando-se em aspetos jurídico-antropológicos e mítico-religiosos, António Francisco Adão Cortez define a Autoridade Tradicional como sendo “a pessoa singular de direito privado formalmente investida pelo Conselho Supremo de Anciãos do Reino e em pleno exercício de funções de i) Dignatário de Monarquia e dos respetivos órgãos supremos; e de ii) Titular de cargo de direção e chefia e dos respetivos Órgãos e Instituições de Administração da Monarquia de Nação Ancestral; e exerce o Poder de Autoridade Tradicional no âmbito dos Órgãos e Instituições que conformam o Poder Tradicional”<sup>21</sup>. Esta é uma

---

<sup>20</sup> RÉMY, Alain Souto, **As Autoridades Tradicionais Angolanas**, Revista do Direito da Língua Portuguesa. Lisboa. Ano II. N.4. p. 7-21. julho/dezembro 2014. Disponível em <http://idilp.net/redil-numero-4-online>. Acesso em 12.09.17.

<sup>21</sup> CORTEZ, António Francisco Adão, **Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola**, Luanda: Mayamba Editora, 2010, p.244.



construção teórica longa decerto porque o autor entende que o direito, na ancestral nação angolense, funciona com muitas similitudes com o direito moderno (positivo). A monarquia constituída por diversos órgãos com competências definidas, sendo, então, a autoridade tradicional o órgão unipessoal que exerce funções de direção e chefia. Portanto, para o autor, a autoridade tradicional é um indivíduo e não uma Instituição.

Carlos Feijó, numa definição já muito influenciada pelo reconhecimento das autoridades tradicionais inscrito na Constituição, vem então apresentar as mesmas como “o titular legítimo e em pleno exercício de funções, em conformidade com o Direito Consuetudinário, do órgão unipessoal constituído por pessoa singular formalmente investida na direção e chefia das instituições da administração de uma comunidade local e etnolinguística que se rege por usos, costumes e tradições constitucionalmente reconhecidos”<sup>22</sup>. Esta construção de autoridade tradicional possui características idênticas às que vimos no autor anterior, acrescentando-lhes o aspeto do reconhecimento constitucional.

Já no entender de Fernando Florêncio, a autoridade tradicional engloba os indivíduos e as instituições de poder político que regulam a organização do modelo de reprodução social das sociedades tradicionais<sup>23</sup>. A grande novidade desta teorização é o facto de o autor considerar também a autoridade tradicional como uma instituição. Esta perspetiva permite, segundo o mesmo, efetuar a destrição entre o poder político formal e o informal, visto que nas comunidades tradicionais existem indivíduos que detêm posições sociais de grande influência no poder político, e que devem ser afastados do conceito de autoridades tradicionais, como é o caso dos mágicos-religiosos (e.g., adivinhos, fazedores de chuva, curandeiros, profetas)<sup>24</sup>.

Portanto, com Fernando Florêncio é-nos trazida uma conceitualização mais ampla das autoridades tradicionais, com um condão preventivo, se assim podemos considerar, no sentido de evitar problemas de qualificação em relação aos demais atores políticos presentes cada vez mais na comunidade.

No entanto, importa agora colocar a questão: será a autoridade tradicional efetivamente uma Instituição? O que diz a Constituição angolana sobre esta matéria?

Nos termos do artigo 224º, da Constituição da República de Angola, as Autoridades

---

<sup>22</sup> FEIJÓ, Carlos, *op. cit.*, pp.39-40.

<sup>23</sup> FLORÊNCIO, Fernando, **Ao Encontro dos Mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique**, 1ª ed., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.43.

<sup>24</sup> *Idem*, p.43.

Tradicionais «são entidades que personificam e exercem o poder no seio da respetiva organização político-comunitária tradicional, de acordo com os valores e normas consuetudinárias e no respeito pela Constituição e pela lei». Resulta deste preceito constitucional que as autoridades tradicionais, são compostas por indivíduos que fazem parte da comunidade tradicional que chegam a titulares de órgãos de poder mediante as normas do direito costumeiro (como são os casos das regras de ascensão ao poder e do ritual de entronização).

Considerando as autoridades tradicionais como órgãos, constata-se, logo, que são centros institucionalizados de poderes funcionais<sup>25</sup>, dentro do ente em que se encontram inseridos, detendo, por conseguinte, competências para prosseguir os fins da população. Deste modo, parece-nos de todo correta a construção conceitual feita por Carlos Feijó, em função do conteúdo constitucional que acabamos de apresentar. Em relação a definição de Fernando Florêncio, apesar da qualidade metodológica com que a elabora, em nosso entender, o critério de destrição das autoridades tradicionais como instituição em relação aos demais atores políticos da comunidade não nos parece o mais acertado. O critério de distinção seria, antes, quanto a nós, o facto de estas entidades ascenderem ao respetivo cargo mediante normas próprias do direito costumeiro, o que não acontece com os demais atores.

Neste sentido, no caso angolano, o legislador constituinte entende, sim, existirem instituições do Poder Tradicional que, a par das autoridades tradicionais, concorrem para a organização política da comunidade tradicional local<sup>26</sup>.

Assim, encontramos, na comunidade local tradicional, o Sobado<sup>27</sup> como uma instituição com vários órgãos. Esta é integrada por uma plêiade de personalidades e um determinado número de indivíduos com funções específicas. Podemos dizer que o Soba (*Mwene*) não vive e não exerce as suas funções isoladamente.

Relativamente às personalidades que constituem o Sobado e que auxiliam o Soba<sup>28</sup> no

---

<sup>25</sup> SOUSA, António Francisco de, **Manual de Direito Administrativo Angolano**, Porto: Vida Económica, 2014, pp-116-117.

<sup>26</sup> Cfr. Artigos 223º, 224º e 225º da Constituição da República de Angola.

<sup>27</sup> Designa-se por Sobado ou Regedoria o conjunto de sanzalas sob autoridade de um chefe, a quem as leis coloniais atribuíram o título de regedor. A um sobado pertencem só indivíduos de determinada tribo. Cfr. CORTEZ, António Francisco Adão, **As Origens do Fenómeno Kamutukuleni e o Direito Costumeiro Ancestral Angolense Aplicável**, Lisboa, Instituto Piaget, 2005, p.95.

<sup>28</sup> O Soba é o titular do poder de autoridade tradicional sobre a comunidade, sendo o dignatário em termos divinos e profanos.

seu reinado, destacam-se as seguintes: a) O *Mwene Fyano*, que possui a categoria de um primeiro ministro, é uma peça fundamental no aparelho governativo, procede a análises e fornece sugestões em questões de ordem social, política e jurídica; b) O *Mwata-Nkula*, que se ocupa dos assuntos de defesa, integridade territorial e manutenção da soberania; c) O *Mwene-Ndungo*, que se ocupa da segurança do Soba, desempenhando funções de guarda-costas e controlando os movimentos dos integrantes da Corte para evitar possíveis conspirações contra o *Mwene*; d) O *Mwene-Ndaka*, que se ocupa da informação, transmitindo à população as decisões saídas do conselho permanente de seculos; e) O *Vateka-Nguli*, que são os juizes cujas opiniões no tribunal são bastante respeitadas, sendo nelas que o Soba se baseia para as suas decisões finais; f) Os *Vatyamba-Nguli*, que são os advogados, pessoas bastantes influentes no tribunal; g) O *Kalunga*, que o chefe de protocolo da corte, sendo também conhecido como “os ouvidos do *Mwene*”, o que faz com que junto dele as pessoas evitem censurar o *Soba*.<sup>29</sup>

Como se pode verificar, o Soba, enquanto autoridade máxima da comunidade, não exerce o poder de forma absoluta, mas sim com o apoio dos seus principais colaboradores. Importa também realçar que estas designações dos membros não são uniformes. Variam em função de cada grupo etnolinguístico embora as suas atribuições tenham carácter semelhante.

Relativamente às instituições, merecem destaque o *Ondjango* e o *Malombe*. O *Ondjango* é uma instituição vocacionada para tratar os problemas da comunidade a todos os níveis, e é o local de administração da justiça, onde decorrem os julgamentos; já o *Malombe* é lugar sagrado, o sítio onde ficam depositados os principais segredos do Sobado.

### 1.3.1- Legitimidade

Para nos debruçarmos, sobre os aspetos atinentes à legitimidade das autoridades tradicionais, tomemos como ponto de partida o facto de o poder tradicional ser exercido com base em princípios da ancestralidade, éticos, mítico-religiosos e mesmo de identidade cultural. Destarte, é fundamental que abordemos primeiro as formas como as autoridades tradicionais alcançam o poder, sendo corolário obviamente da sua legitimidade junto do povo.

Deste modo, na comunidade tradicional, só chegam à Soba aqueles que descendem de outros Sobas, porque um indivíduo vulgar nunca poderá ocupar esse lugar de grande prestígio e responsabilidade. Assim, existem duas formas de provimento à categoria de Soba, por

---

<sup>29</sup> DALA, José, *O Papel do Mwene na Comunidade e Cultura Nganguela*, in OLIVEIRA, Ana Maria de, (Coord.), *op.cit.*, pp.234-235.

*linhagem e por indicação ou elo político.*

Quanto à elevação por *Linhagem*, normalmente é feita por via matrilinear, havendo raros casos em que se procede à sucessão por via patrilinear. Isto é, tendo um Soba perecido, ascende à sua categoria o filho mais velho da sua irmã. Esta orientação permite a continuidade da mesma família no poder tradicional durante várias gerações. Esta pertença familiar é condição *sine qua non* a possuir por quem pretende ser Soba e está ligada a outros elementos que acabam por o legitimar e dar-lhe a força, como a naturalidade, a consanguinidade e o domínio da tradição.

A este respeito, César Viana reforça que, num determinado grupo etnolinguístico, a autoridade não se dá, não se procura, não se inventa, não se empresta e nem se compra. A mesma assenta em laços de sangue, no povo e no território deste, em ambiente religioso, sem a intervenção de aspetos ligados ao mundo profano<sup>30</sup>. A tal religiosidade está subjacente a ideia de aceitação do chefe pelos seus ancestrais, conferindo-lhe uma ligação de carácter eterno, que só se destrói com a sua morte. Talvez isso justifique o facto de os sobas exercerem o seu poder até à morte sem qualquer contestação por parte dos seus súbditos, pois, como afirma Israel Massuanganhe, o provimento por linhagem obedece ao rácio de legitimidade e permite a passagem do poder através de diversas gerações dentro da mesma família<sup>31</sup>.

Quanto ao segundo meio de subida ao poder, *por indicação ou elo político* (também designada via administrativa), ela tem sido uma consequência dos vários conflitos que emergiram em África. Neste particular, Angola não foi exceção. A guerra civil pós-independência criou o desenraizamento de muitas populações do seu habitat normal, desagregando-se e refugiando-se em áreas com maior segurança, principalmente na província de Luanda, e em algumas outras regiões do litoral onde os efeitos da guerra não atingiram grandes proporções.

Desta maneira, havendo necessidade de manter uma organização política no seio daquelas comunidades que permaneceram nas suas zonas de origem, o Governo de Angola, através dos seus Governos Provinciais, foi indicando como autoridades tradicionais indivíduos que se destacavam pela sua idoneidade moral e responsabilidade. Dada a impossibilidade de o

---

<sup>30</sup> VIANA, César, **A Autoridade Tradicional em Angola**, in OLIVEIRA, Ana Maria de, (Coord.), *op.cit.*, p.273.

<sup>31</sup> MASSUANGANHE, Israel Jacob, **O Poder local, as Autoridades Tradicionais e a Reforma da Governação Local: as relações do poder e os desafios no quadro da descentralização**, Revista Justiça do Direito, v.1, n.2, jul./dez.p.111-155.Disponível em [http://: seer.ups.rjd>article>view](http://seer.ups.rjd>article>view). Acesso em 06.10.17.

Estado manter-se aí presente, serviram, então, esses indivíduos como elo de ligação entre a população e a administração estatal. Assim, esse provimento por indicação ou elo político, como lhe chama Israel Massuanganhe, obedece ao rácio da autoridade,<sup>32</sup> com todas as consequências que daí advêm em termos da legitimidade junto da comunidade tradicional local.

Anunciados os caminhos pelos quais se alcança o poder tradicional em Angola, já nos encontramos em condições de abordar os fundamentos que constituem a legitimidade desse poder. Ora, o poder tradicional é exercido sob o beneplácito dos súbditos da autoridade tradicional. Contudo, não se trata de qualquer legitimidade. Como esclarece Fernando Florêncio, trata-se, sim, de uma forma de legitimação específica que se consubstancia primordialmente por ser uma forma tradicional de autoridade uma vez que tal posto é legitimado pela tradição, por regras consuetudinárias<sup>33</sup>.

Por conseguinte, no exercício do poder tradicional, a autoridade passa a ser legitimada em virtude de esse poder ser encarado como algo sagrado pelas comunidades, exercido num âmbito espiritual e em respeito pelos antepassados. Há mesmo um forte mecanismo de persuasão e imposição de autoridade por intermédio de rituais que levam à fidelidade e à submissão das comunidades<sup>34</sup>. Em suma, dentro do conceito de legitimidade específica do poder tradicional, entram as crenças de determinada época que presidem à manifestação do consentimento e da obediência por parte da população<sup>35</sup>.

Tal como fizemos notar aquando da breve exposição das conclusões dos relatórios dos grupos técnicos provinciais que mantiveram contactos com diversas autoridades tradicionais em todo país, o poder presente nessas autoridades é visto como algo sagrado, que, até, possibilita a comunicação entre os vivos e os mortos. Tal atribuição dota o seu titular de capacidade para a resolução de assuntos de ligação mítico-religiosa, nomeadamente no âmbito da feitiçaria, algo que até hoje não conhece qualquer acolhimento na ordem jurídica angolana, mas que é uma realidade frequente no seio das comunidades rurais e até urbanas.

Importa realçar, neste domínio, que o Tribunal Supremo Angolano, num acórdão de em 2008, entendia as autoridades tradicionais como «as entidades que integram e dirigem as respectivas comunidades, sendo respeitadas, por entre outras virtudes e poderes por serem

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.143.

<sup>33</sup> FLORENCIO Fernando, *op. cit.*, p.41.

<sup>34</sup> MASSUANGANHE, Israel Jacob, *op. cit.*, p.115

<sup>35</sup> *Ibidem*, p.121.

*peçoas com autoridade para decidirem sobre a questão de natureza feiticista»*<sup>36</sup>. Trata-se de um reconhecimento jurisprudencial de que esta realidade está patente na vida das comunidades e que a autoridade tradicional é a única e exclusiva entidade competente para conhecer dos litígios dessa natureza.

Nos tempos hodiernos, tem-se levantado alguns problemas de legitimidade em relação as autoridades tradicionais. Por um lado, em função do conflito armado que assolou o país, muitas autoridades tradicionais deslocaram-se para outras localidades fora do seu território. Com o retorno da paz, já não desejaram regressar às suas zonas de origem, preferindo ficar onde se encontram atualmente, mas exigindo a permanência do seu título e das regalias que daí advêm. No entanto, o poder tradicional é, por natureza, para ser exercido junto das comunidades mediante os seus usos e costumes. Desta forma, este putativo Rei ou Soba já não reúne consenso e legitimidade junto do seu povo. Por outro lado, os Sobas indicados, entretanto, pela administração estatal são novas entidades sem legitimidade junto dos seus povos, que pensam que tais indivíduos não observaram os cânones da sua tradição, antes alcançaram o poder mais para concretizar interesses pessoais e do Estado, sendo encarados como os regedores da era colonial.

Fernando Pacheco assevera que a ligação das autoridades tradicionais ao poder do Estado e os papéis que venham a desempenhar ao nível da comunidade, como sejam a prestação de serviços e a segurança, aumentam o seu reconhecimento pelo Estado e acabam por as favorecer<sup>37</sup>. É mesmo certo que muitas vezes essas autoridades permanecem tanto tempo no poder que acabam por ganhar uma certa legitimidade. No entanto, reconhece-se ainda assim a possibilidade de existirem também inúmeras anomalias e contestação a essa legitimidade das autoridades tradicionais.<sup>38</sup>

Ademais, por causa dessa segunda forma de provimento, o país tem conhecido um aumento exponencial desse poder. A título exemplificativo, no Kwanza Norte, de onde sou oriundo, uma província que não consta do rol das províncias de maior dimensão territorial, o Governo Provincial controla um total de 962 autoridades tradicionais, com um custo mensal para o Orçamento Geral do Estado de 18.339.349,20 Kuanzas<sup>39</sup>. Nos termos do Decreto

---

<sup>36</sup> Cfr. Acórdão do Tribunal Supremo Angolano, Proc. nº79 de 2008, *apud* FEIJÓ, Carlos, *op. cit.*, p.42.

<sup>37</sup> PACHECO, Fernando, **Autoridades Tradicionais e Estruturas de Poder em Angola**: Aspectos Essenciais a ter em Conta na Futura Administração Autárquica, Luanda, Fundação Friedrich Ibert, 2002. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/Pacheco.pdf>. p.6. Acesso aos 08.08.2017.

<sup>38</sup> *Idem*, p.7.

<sup>39</sup> Segundo dados fornecidos oralmente por Noé Capucu, técnico de Acompanhamento às Autoridades Tradicionais

Presidencial n. °115/12 de 8 de Junho, as autoridades tradicionais têm direito a um subsídio de subsistência, o que segundo as mesmas comporta valores irrisórios, não dando dignidade à sua figura.

Conforme nos ensina a nossa experiência, as duas formas de provimento ao cargo de autoridade tradicional estão bem patentes em todo território angolano. Convivemos com elas no nosso quotidiano. Entretanto, com o advento da paz, numa altura em que o país dá passos largos para o seu desenvolvimento, é unânime o entendimento de que já não se justifica a indicação dessas autoridades por via administrativa. Dever-se-á, sim, preservar a posição das que já existem, pois estas com o tempo vão se tornando mais conhecedoras dos usos e costumes da região a que pertencem e, com isso, aumentarão a sua legitimidade junto da comunidade. Por outro lado, esta é também uma forma de o Estado poder libertar e alocar mais dinheiro para resolução dos problemas mais candentes das populações. Se considerarmos que as autoridades tradicionais não podem viver só do subsídio do Estado,<sup>40</sup> vemos que elas devem, dentro da sua zona de jurisdição, procurar obter rendimentos mediante vários mecanismos de distribuição de trabalho e rendimentos internos à comunidade, como de resto já acontecia outrora.

### **1.3.2 – Classificação hierárquica**

A organização político-comunitária não obedece a uma hierarquização homogénea, como, de resto, praticamente todos os traços característicos das autoridades tradicionais. Para termos uma ideia, existem, em Angola, Reis (funcionam como uma alta entidade de um reino) e Sobas (exercem o poder como uma alta entidade responsável por um grupo de povoações ou como um chefe de povoação). Estes últimos são em maior número, sendo todos os que genericamente denominamos por autoridades tradicionais.

Em termos oficiais, isto é, para efeitos remuneratórios, encontramos o *Soba Grande*, o *Soba* e o *Seculo*. Têm ainda direito a remuneração o Ajudante do Soba Grande e o Ajudante do Soba. Esta classificação hierárquica é também, em parte, a classificação oficial com que nos deparamos em alguns documentos que aludem às autoridades tradicionais.

E quanto aos Reis? Em Angola, alguns grupos etnolinguísticos têm o seu Monarca como a “cabeça” na hierarquia da governação. Isto é, trata-se dos superiores que controlam os reinos,

---

na Secretaria Geral do Governo Provincial do Kuanza Norte.

<sup>40</sup> Até março de 2016, o Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado já indicava haver cerca de 40.300 autoridades tradicionais, número que poderá crescer pois atualmente o mesmo Ministério está a proceder ao recadastramento dos Sobas por via da sua Direção Nacional da Administração Local.

possuindo, desde logo, uma jurisdição maior que um soba que só controla uma certa povoação. São exemplos *Augusto Katchitopololo*, o Rei do Bailundo, na província do Huambo, o *Rei Lunda Tchokwe*, na província da Lunda Sul, entre outros. Importa observar, que a área de jurisdição de um Rei pode ultrapassar mesmo os limites territoriais do país. No entanto, conforme nos informou Bento José Bila<sup>41</sup>, o que na prática se passa é que, mesmo nas regiões em que existem Monarcas, a alta entidade, falando em termos remuneratórios auferida, é sempre o Soba Grande. Os Reis não são remunerados, recebendo, antes amiúde, uma gratificação da parte do Presidente da República.

Parece-nos existirem problemas ao nível da organização hierárquica e mesmo remuneratória no seio das autoridades tradicionais pois os critérios desta classificação são confusos e merecem uma melhor organização para o melhor exercício do poder político de que são detentoras. De igual modo, verifica-se falta de consenso na nomenclatura das autoridades tradicionais, pois a partir do que nos foi dito, é unânime no seio das autoridades tradicionais que as mesmas sejam chamadas pelas denominações próprias em função de cada grupo etnolinguístico a que pertencem. Por exemplo a autoridade máxima que no sistema português se denominava Regedor tinha um território, onde exercia o seu poder, que era a Regedoria; no grupo etnolinguístico Umbundu, a autoridade chama-se *Soma inene* e o território onde exerce o poder chama-se *Ombala*; já no grupo etnolinguístico Kimbundu, a autoridade chama-se *Muene ixi* e o seu território chama-se *Ixi* ou *mbanza*<sup>42</sup>. São essas as denominações originais que as autoridades tradicionais clamam para a sua manutenção e efetivação em termos oficiais.

No fundo, o que se pede é a institucionalização de um modelo híbrido em função da nossa realidade sociolinguística em que seja possível acolher todos, mas respeitando as diferenças de cada um, o que resulta também do que alertávamos anteriormente sobre o facto de até o próprio direito consuetudinário ser plural, existindo, nessa ordem, vários direitos costumeiros em Angola.

Parece-nos importante, sob esta perspetiva, conhecer a verdadeira função do NATRRAL (Núcleo das Autoridades Tradicionais e Reis de Angola), pois este órgão desempenhará um importante papel de auxílio à administração Estadual para o encontro de consensos com vista à adoção do melhor modelo para essa realidade.

---

<sup>41</sup> É, neste momento Chefe de Secção do Património Histórico Cultural da Direção Provincial da Cultura no Cuanza Norte, com o qual mantivemos conversa no dia 14 de setembro de 2017.

<sup>42</sup> PACHECO, Fernando, *op. cit.*, p.15.



#### 1.4 – Discrepâncias entre o Exercício do Poder Tradicional e a Constituição de 2010

O exercício do poder tradicional em Angola é uma forma de poder político que não põe em causa o carácter unitário do Estado (nos termos dos artigos 3º e 8º da Constituição). Ora, as atribuições dessas autoridades configuram assim verdadeiras funções de poder público distinto do Estado, ao nível dos foros Executivo, Legislativo e Judicial.

Assim, no plano Executivo, as autoridades tradicionais ocupam-se da gestão geral da comunidade, das suas relações com os agentes externos, da gestão de terras, da massificação da produção agrícola e do controlo da população da sua área de jurisdição. No domínio Legislativo, ocupam-se da criação de normas sociais, da definição dos limites do território que ocupa a população sob sua jurisdição, das regras de utilização dos recursos como terra, água, floresta, entre outros. No plano Judicial, elas administram a justiça, intervindo na resolução de conflitos e na observância das normas sociais pelos membros da comunidade.

Em termos práticos, tal configuração do poder político-tradicional configura, desde logo, uma violação do princípio da separação de poderes existente nos Estados democráticos de direito modernos, bem como das regras do exercício do poder político (vide artigos 2º n.º1 e 4º da Constituição). Trata-se de um poder exercido por um só indivíduo, muitas vezes autocrático, aspeto que vai contra a ideia de Humanidade dominante nos dias de hoje no quadro da ONU.

Outro aspeto inerente ao poder tradicional é o facto de o mesmo ser exercido de forma vitalícia, ou seja, o seu exercício só termina com a morte do titular, o que parece chocar com a ideia de Estado democrático de direito (vide artigo 2º da Constituição). Não se pode perder de vista que o Estado democrático tem subjacente como seu elemento nuclear a ideia de que governar e ser governado com alternância é essencial para assegurar a liberdade dos cidadãos já que o poder e a sua legitimidade assentam na vontade e no consentimento dos governados, os governantes devem ser eleitos democraticamente.<sup>43</sup>

Ademais, nas comunidades tradicionais, o poder político tem a sua origem associada a aspetos divinos, a evocações mágico-religiosas que determinam quem pode chegar ao poder. Pelo contrário nos Estados democráticos modernos, existe o princípio da separação entre o Estado e as igrejas. Ora, a República de Angola é um Estado laico (nos termos do artigo 10º da

---

<sup>43</sup> SOUSA, António Francisco de, **Constituição da República de Angola**. Anotada e Comentada, Porto: Vida Económica, 2014, p.25.

sua Constituição), onde o exercício do poder político tem a sua única legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido nos termos da Constituição e da lei (vide artigo 4º n. º1 da mesma), sendo esta, portanto, uma realidade bastante diversa da do poder político tradicional.

O poder tradicional, grosso modo, tem carácter agnático (segue a descendência masculina), apesar de ter existido em alguns reinos mulheres que chegaram à chefia da corte, como a célebre Rainha Njinga Mbande, no reino do Ndongo, e a Rainha Masinda dos Bamache. Atualmente por via das transformações por que passaram as instituições, encontramos também senhoras como autoridades tradicionais.

Em termos originários, a sucessão por linhagem é realizada por via matrilinear e só sucede por esta via. Tomam o poder os tios e sobrinhos da então autoridade. Este procedimento implica uma clara exclusão dos direitos das mulheres, ferindo o princípio da igualdade consagrado no n. º2 do artigo 23º da Constituição, no qual se sustenta que as oportunidades para o exercício de poder devem ser atribuídas de forma igual para todos, sendo que o tratamento desigual necessitaria de um fundamento jurídico-constitucional.<sup>44</sup>

### 1.5 - A Descentralização Administrativa em Angola

O cumprimento do rácio da descentralização administrativa visa potenciar as ações das entidades que se encontram mais próximas dos cidadãos para a prossecução das reais necessidades coletivas já que essas entidades sentem e conhecem melhor essas necessidades.

Estamos diante de um sistema descentralizado quando o exercício da atividade administrativa é prosseguido por outras pessoas coletivas públicas além do Estado<sup>45</sup>. Se verificamos este exercício a ser feito exclusivamente pelo Estado, encontramos-nos já diante de um sistema centralizado.

Para Mário Esteves de Oliveira, a descentralização representa uma tendência, uma ideia orientadora, pois não se encontram regimes de organização administrativa altamente puros, havendo sempre no interior deles alguns elementos centralizadores. Por esta razão, este autor considera a descentralização um conceito abstrato<sup>46</sup>. É o que Freitas do Amaral entende para o sentido político-administrativo da descentralização, é tudo uma questão de graus, não existem

---

<sup>44</sup> *Idem*, p.49.

<sup>45</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, **Direito Administrativo**, 3ª Ed., Luanda: Mayamba Editora, 2013, p.162.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Mário Esteves de, *op. cit.*, p.182.

sistemas totalmente centralizados ou totalmente descentralizados.<sup>47</sup>

Portanto, a questão da descentralização é aferível em termos de graus. Só assim nos permite perceber em que nível uma dada organização administrativa é descentralizada ou não, considerando que o próprio processo de descentralização exige limites.

Ora, no caso de uma descentralização político-administrativa, no âmbito territorial e associativo, é fundamental que o ente descentralizado em causa seja legitimado por via eleitoral. Importa outrossim que estejam presentes os requisitos da descentralização: personalidade jurídica, prossecução de interesses específicos, autonomia administrativa, carácter representativo dos seus órgãos, atuação em nome próprio e competência exclusiva.<sup>48</sup>

Ademais, sob o escopo da potencialização das ações das entidades que se encontram mais próximas das comunidades e assim conhecem as necessidades próprias locais, a descentralização apresenta algumas vantagens. Permite, desde logo que as decisões sobre determinadas matérias passem a ser tomadas pelas pessoas que melhor conhecem a sua origem, intensidade e circunstancialismos que as rodeiam; garante, além disso, o exercício das liberdades locais, possibilita a participação dos cidadãos na tomada de decisões públicas e proporciona uma aplicação financeira racional.

Por outro lado, são-lhe apontados alguns inconvenientes, como a possibilidade de criar algumas assimetrias regionais, privilegiando as regiões mais dotadas por natureza. Por exemplo, no caso de tarefas administrativas que requeiram avultados investimentos, aplicações tecnológicas, muitas vezes, as coletividades locais não estão em condições de as satisfazer por falta de capacidade técnica ou financeira. Sublinhe-se que, por exemplo, a qualidade de recursos humanos e de recursos financeiros existentes no município do Lobito, na província de Benguela, é de longe superior à que existe no município do Ngonguembo, na província do Cuanza Norte.

No que tange à sua apresentação, a descentralização pode ser territorial, funcional ou institucional e associativa. A descentralização *territorial* concretiza-se no reconhecimento das necessidades coletivas surgidas no seio de substratos territoriais, dá origem às autarquias locais; a descentralização *funcional* ou *institucional* dá origem às empresas públicas e aos institutos

---

<sup>47</sup> AMARAL, Diogo Freitas do, **Curso de Direito Administrativo**, Vol.I, 4ª Ed., Coimbra: Almedina, 2016, p.724.

<sup>48</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, *op. cit.*, p.163.

públicos, nalguns casos é também designada por descentralização técnica<sup>49</sup>. Como exemplo, temos o LEA (Laboratório Nacional de Engenharia de Angola), o interesse público que prossegue é claramente estadual; por fim, a descentralização *associativa* origina as Associações Públicas.

Entretanto, a tipologia de descentralização não conhece unanimidade na doutrina. Freitas do Amaral, por exemplo, considera só existir a descentralização territorial, sendo que as outras formas, no seu entender, devem designar-se por devolução de poderes.<sup>50</sup>

Já para Mário Esteves de Oliveira, a descentralização não se traduz só no reconhecimento da autonomia e personalidade das coletividades locais. Existem também necessidades coletivas que surgem no seio de grupos de pessoas, em função da sua atividade profissional, económica ou de outro interesse, que justifica a sua personalização do seu substrato, para que seus órgãos possam decidir e executar as tarefas conducentes à prossecução de seus objetivos. Neste caso, o fundamento será institucional,<sup>51</sup> e, aqui, aplica-se o exemplo do LEA, ou mesmo da descentralização associativa, que integra a descentralização institucional das chamadas ordens profissionais, como é o caso da OAA (Ordem dos Advogados de Angola).

Em nosso entender, a descentralização também se concretiza na criação de associações públicas, que pertencem à chamada administração autónoma, e não somente na criação das autarquias locais, como fazem *jus* os exemplos acima citados. Nessa perspetiva, acompanhamos a posição de Esteves de Oliveira.

No entanto, o processo de descentralização é limitado, como aliás não poderia deixar de ser, pois deve existir uma lei própria que permita o controlo estadual desses entes territoriais (no caso da descentralização territorial), definindo suas competências e atribuições, e o volume de poderes a serem transferidos para eles, tudo isto no sentido de salvaguardar o desígnio constitucional de Estado unitário,<sup>52</sup> que tecnicamente designamos por tutela administrativa.

Assim, em função do que doutrinariamente apresentamos, podemos afirmar que a descentralização em Angola é ainda um processo, que, de resto, já vem de algum tempo atrás. Certo é que, à medida que o tempo passa, vão-se dando alguns passos tendentes à efetiva descentralização no país. A justificação para o seu atraso, nos últimos anos, tem sido de ordem financeira.

---

<sup>49</sup> *Idem*, p.165.

<sup>50</sup> AMARAL, Diogo Freitas do, *op. cit.*, p.727.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Mário Esteves de, *op. cit.*, p.184.

<sup>52</sup> Cfr. Artigo 8º da Constituição da República de Angola.

Entretanto, ressalve-se que descentralização é um desígnio constitucional. No artigo 8º, a Constituição determina que a «República de Angola é um Estado unitário que respeita, na sua organização, os princípios da autonomia dos órgãos do poder local e da desconcentração e descentralização administrativas...», sendo que cabe à estrutura central do Estado criar normas para a efetivação deste desígnio. É importante lembrar também que os mesmos princípios se aplicam à Administração Pública, nos termos do artigo 199º.

No entanto, como referíamos acima, a necessidade de concretização destes dispositivos constitucionais tem já algum tempo, considerando que mesmo a Lei Constitucional de 1992 também já conferia estes comandos normativos ao Estado. Neste sentido, tem-se levantado um enorme debate, promovido pelo Governo, em torno da descentralização efetiva em Angola, e com ele tem-se verificado o suceder de aprovações de diplomas legais tendentes a atingir tal desiderato. São os casos da Lei nº14/91 de 11 de Maio, a Lei das Associações, que autoriza associações que visam a participação social e política, voltadas para a promoção da descentralização; do Decreto-Lei nº17/99 de 29 de Outubro, sobre a Organização dos Governos Provinciais, Administrações Municipais e Comunaes, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei nº2/07, de 3 de Janeiro e este último pela Lei 17/10 de 29 de Julho, sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado; da aprovação em Fevereiro de 2002, pelo Conselho de Ministros, do Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização Administrativa, com ele a adoção do princípio do gradualismo, que conduz a transferência de algumas funções do Estado central para as administrações locais, e, posteriormente, a institucionalização do poder autárquico (num intervalo de mais ou menos 4 ou 5 anos)<sup>53</sup>; e da Lei 15/16, de 12 de setembro, Lei da Administração Local do Estado, que revoga a Lei nº17/10.

A este grupo de legislação, junta-se aquela que, nos últimos tempos, em nossa opinião, dá um passo gigante para a aceleração desse processo. Falamos da Lei nº15/17, de 8 de agosto, Lei Orgânica do Poder Local, que estabelece as bases do sistema de organização, funcionamento e implementação das autarquias locais, das instituições do poder tradicional e demais modalidades específicas de participação dos cidadãos.

Pensamos que, com a aprovação desta lei, foi dado um enorme passo no quadro da descentralização administrativa ao nível do poder local. acrescenta-se que a importância desta

---

<sup>53</sup> GUEDES, Armando Maques, **O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos**, Coimbra, Almedina, 2004, pp.145-146.

descentralização foi sublinhada pelo novo Presidente da República de Angola no seu discurso de tomada de posse, em setembro de 2017, quando reconheceu isto mesmo ao dizer que «... Angola tem uma grande extensão territorial, os problemas das populações não podem esperar decisões de Luanda, neste mandato, vamos proceder à institucionalização das autarquias locais e à descentralização administrativa e financeira, e neste contexto, não poderemos esquecer as autoridades tradicionais como guardiãs da nossa cultura e da nossa história...»<sup>54</sup>.

Em súmula, pelo exposto, a julgar pelos aspetos jurídicos que caracterizam a descentralização administrativa, chegamos a conclusão que a mesma é ainda um processo por concretizar em Angola, apesar de ser uma imposição constitucional desde 1992. Certo é também que a guerra civil que assolou o país e que só terminou em 2002 tem a sua dose de culpa. Agora, em tempos de paz, certamente que todos auguramos a implementação efetiva deste processo, para o bem de Angola e do Estado de democrático de direito.

### 1.5.1- O poder local

O poder local está direcionado para a gestão da causa social dentro dos limites consagrados numa determinada sociedade, é visto como a forma de gerir o bem comum, os interesses comuns e a forma de os assegurar por meio da representação. Destarte, o poder local deverá ser encarado de uma forma abrangente assente em três principais planos, o histórico, político e jurídico.

O plano *histórico* fundamenta-se pela necessidade que os habitantes de uma determinada parcela do território têm de se organizarem em razão das relações de vizinhança e dos seus interesses próprios e comuns; o plano *político* funda-se na necessidade que as populações de uma determinada parcela do território têm de autoadministrarem-se e de gerirem autonomamente os seus problemas e o plano *jurídico* funda-se nos princípios da autonomia local e da descentralização administrativa<sup>55</sup>.

Destarte, o poder local vem definido na Constituição da República, nos termos do artigo 213º, como um fenómeno do âmbito do poder político, que diz respeito à organização democrática do Estado ao nível local, solidificada nos princípios da descentralização político-administrativa e da autonomia local. No entender de José Melo Alexandrino, a elevação da

---

<sup>54</sup> LOURENÇO, João Manuel Gonçalves, Presidente da República de Angola, *in* Discurso de Tomada de Posse, proferido aos 26 de setembro de 2017 em Luanda.

<sup>55</sup> FEIJÓ Carlos; PACA Cremildo, *op. cit.*, p.233.

dignidade constitucional do poder local é uma significativa alteração em relação à Lei Constitucional de 1992<sup>56</sup> e corresponde a uma expressão constitucional que assinala enfaticamente a presença de uma verdadeira dimensão do poder político (democrático e tradicional).<sup>57</sup>

Assim, no n.º 2 do mesmo preceito constitucional, são consagradas três formas organizativas do poder local, tendo o legislador constituinte optado por um conceito amplo desse poder, que compreendem as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos nos termos da lei.

Ora, o poder local, na sua dimensão de um poder político, não é um poder soberano, deve conviver com os outros poderes, públicos, tradicionais, privados e outros. Acresce que o mesmo pode derivar do ordenamento do Estado (democrático e autónomo), de um ordenamento jurídico próprio (poder tradicional), ou de meros poderes legais de participação em atos, órgãos ou instituições.

Portanto, podemos caracterizá-lo como um poder originário, por ser anterior ao Estado ou até mesmo desenvolver-se fora dele (no caso das instituições do poder tradicional), limitando o Estado a reconhecer tal realidade; é um poder exercido por via de órgãos descentralizados de instituições; é um poder que visa a satisfação dos interesses próprios das respetivas populações, cabendo ao Estado a prossecução de interesses do todo nacional.

Doutrinariamente, o conceito de poder local ajustado ao preceito constitucional é-nos trazido por Carlos Feijó, certamente muito por conta da participação do autor no processo de elaboração da Constituição angolana de 2010. Assim, para Feijó, «o poder local consiste no poder político, originário ou derivado, exercido, nos termos da lei, ao nível das comunidades locais, através de órgãos descentralizados, de instituições organizatórias tradicionais e de outras formas de organização e participação democrática das populações, visando a satisfação dos seus interesses próprios».<sup>58</sup> Esta é, pois, uma noção do poder local que engloba as suas três formas organizatórias trazidas, *ex nunc*, pela Constituição de 2010 que desde já acompanhamos.

Entretanto, é fundamental atentarmos aqui que o poder local em Angola, tal como afirmamos anteriormente, ainda se encontra em fase de institucionalização. A Constituição de

---

<sup>56</sup> ALEXANDRINO, José Melo, **O Novo Constitucionalismo Angolano**, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2013, p.60.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>58</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, *op. cit.*, p.234.

2010 vem dar dignidade a três formas organizatórias do poder local, no entanto, para sermos rigorosos, apesar dessa imposição, as mesmas não funcionam ainda nos ditames dessa Lei Magna. Isto é, não foram criadas ainda juridicamente as autarquias locais<sup>59</sup>. Já existem algumas formas de participação dos cidadãos, mas a maior parte delas carece de legislação regulamentar. Já no caso das autoridades tradicionais, apesar de existirem antes do Estado, só agora merecem um reconhecimento constitucional, havendo um longo caminho pela frente para a plena concretização da sua regulação jurídica.

Ademais, como afirma António Francisco de Sousa,<sup>60</sup> quando o Estado se formou, as autoridades tradicionais não apresentavam clareza suficiente ao nível da sua existência, dos limites geográficos da sua ação, dos seus poderes e responsabilidades para configurarem um verdadeiro poder local, o que dificultou, obviamente, qualquer tentativa para a sua institucionalização.

Daí a razão de termos dito que o poder local em Angola ainda esteja em fase de institucionalização, ou para sermos mais rigorosos, Angola nunca conheceu um verdadeiro poder local. A esse respeito, a aprovação, pela Assembleia Nacional, da Lei Orgânica do Poder Local (Lei n. °15/17, de 8 de agosto), onde são definidas as bases de organização e o funcionamento das três formas de poder local, considera-se um importante avanço.

O que é desejável agora é que se deem os passos subsequentes tendentes à concretização da Constituição. No caso das autarquias locais cumpre obedecer ao princípio do gradualismo definido no artigo 242º da Lei Fundamental e no 41º da lei supracitada no parágrafo anterior. Quanto às autoridades tradicionais, importa a aprovação da sua legislação de base e a sua consequente institucionalização.

No que toca à institucionalização do poder tradicional, apresentam-se muitos desafios, tendo em conta as suas especificidades. Foi assim nos demais países onde ele vigora, por isso, naturalmente em Angola não será diferente.

Ora, constitucionalmente, as instituições do poder tradicional são enquadradas havendo uma existência de garantia institucional a favor dessas entidades (complexo normativo de base costumeira). Além disso esse enquadramento deve obedecer a estes enunciados: o primado do

---

<sup>59</sup> Decorrem neste momento discussões para a preparação da sua legislação de base e posterior institucionalização. Pensamos que o Estado Angolano deveria aproveitar esta soberana oportunidade para a regulação jurídica do poder local de modo global e não se ficar apenas pelas autarquias locais, como temos constatado.

<sup>60</sup> SOUSA, António Francisco de, *op. cit.*, p.175.



conteúdo constitucional sobre o costume; o primado da dignidade da pessoa humana e do conteúdo essencial dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa humana sobre as normas do ordenamento tradicional; a limitação do exercício dos poderes públicos estaduais e locais ( poder legislativo e o poder regulamentar estadual e autárquico) e a delimitação legal das atribuições e dos poderes das instituições do poder tradicional.<sup>61</sup>

Assim, a implementação das instituições do poder tradicional, na prática, terá de obedecer a algumas cautelas naquilo que virá a ser a relação institucional dessas entidades com as demais estruturas locais e centrais do Estado.

Deste modo, há a considerar alguns aspetos que afetam hoje as autoridades tradicionais, como de resto alerta Belarmino Jelembi<sup>62</sup>. Nos dias que correm, encontramos, num primeiro momento, autoridades tradicionais que perderam o seu prestígio e poder, apresentando-se como lideranças fracas, sendo que os membros das comunidades procuram eles mesmos resolver os seus problemas à sua maneira, outras vezes com ajuda de outros elementos de intervenção comunitária como é o caso das igrejas e das ONG. Num segundo momento, perante a agressividade e as pressões dos agentes externos, ou pela sua ausência, as autoridades assumem a necessidade de autodefesa em termos sociais, económicos e culturais, insularizam-se e reforçam o seu pendor tradicionalista (aqui encontramos as autoridades tradicionais na sua versão original). Num terceiro momento, as autoridades tradicionais modernizam-se e adotam estilos do poder e liderança de acordo com as organizações e instituições exógenas de referência (como são os casos do Estado, ONG, empresários, entre outros).

A esta realidade acrescentam-se problemas no domínio da exequibilidade político-democrática, no quadro da interação entre essas autoridades tradicionais e as demais que constituem o poder local, por conta da necessidade de fazer interagir entidades não eleitas, e nalgumas vezes autocráticas, com outras eleitas democraticamente;<sup>63</sup> há ainda dificuldades na delimitação de competências, se considerarmos que as autoridades tradicionais não reconhecem a típica separação de poderes semelhante aos sistemas democráticos, nem tão pouco procedem a distinções claras entre os domínios jurídico, político ou mítico-religioso.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> ALEXANDRINO, José Melo, *op. cit.*, pp.68-69.

<sup>62</sup> JELEMBI, Belarmino, **A Estruturação do Poder Local em Angola e a Contribuição do processo das Comunidades para o seu Fortalecimento e Democratização**. Revista Justiça do Direito, v.28, n.1, jan./jun.2014, pp.197-198. Disponível em [http:// docplayer.com.br](http://docplayer.com.br). Acesso aos 10.10.2017.

<sup>63</sup> Como veremos mais adiante no 3º capítulo da nossa dissertação.

<sup>64</sup> GUEDES, Armando Marques, *op. cit.*, p.159

Assim, a institucionalização desse poder terá de considerar a existência dessas facetas da autoridade tradicional nos dias de hoje, sob pena de que o modelo adotado de interação no Estado democrático de direito ter sérias dificuldades de se impor. Importa também sublinhar que as autoridades tradicionais não são estruturas homogêneas apesar de se reconhecer o seu contributo para o desenvolvimento das comunidades locais.

Ora, este passo a ser dado pelo Governo Angolano será encarado como uma forma de resgatar o passado histórico marcado pelo abandono dos sistemas costumeiros, sendo que é bem verdade que hoje cresce cada vez mais o reconhecimento do papel da autoridade tradicional no seio da comunidade, bem como a influência dessa na governação local.<sup>65</sup>

Assim, as instituições do poder tradicional, enquanto estruturas pré-estaduais, devem ser entendidas ao abrigo do princípio jurídico-político estruturante do Estado democrático e de direito como fundamentador de um pluralismo de organizações e centros de decisão detentores de poderes públicos<sup>66</sup>. É preciso, portanto, respeitar as especificidades do poder tradicional, como aliás defende Fernando Pacheco ao afirmar que “qualquer mudança no quadro político a nível das estruturas locais do poder deve ser encarada com bastante prudência para que os choques não sejam brutais, a ausência do poder do Estado em várias regiões do país criou um vazio imenso que só foi parcialmente preenchido pelo poder tradicional”.<sup>67</sup>

É por demais evidente que é preciso continuar a concretizar a Constituição neste sentido, pois o legislador constituinte, no artigo 225º, já determinou prudentemente, que as atribuições, competências, organização, regime de controlo, da responsabilidade e do património do poder tradicional, as relações deste com os órgãos da administração local do Estado e da administração autárquica, bem como a sua própria tipologia, tudo isto deve ser regulado por lei ordinária. Em suma, a decisão constitucional está tomada, agora é preciso que as entidades com competências para a aplicar o façam em prol do desenvolvimento de Angola e da concretização do Estado democrático de direito.

Esse processo deverá ser precedido de um estudo aturado da realidade factual desse poder nas comunidades, dado que se trata de um poder que não é estático, que teve que lidar e nalguns casos adaptar-se aos mais diferentes contextos sociais, políticos e militares,<sup>68</sup> sendo que, como afirma Israel Jacob Massuanganhe, uma “estadualização” do poder tradicional pode

---

<sup>65</sup> MASSUANGANHE, Israel Jacob, *op. cit.*, p.135.

<sup>66</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, *op. cit.*, p.249.

<sup>67</sup> PACHECO, Fernando, *op. cit.*, p.12.

<sup>68</sup> JELEMBI, Belarmino, *op. cit.*, p.199.

viciar e consequentemente ser contrária aos vínculos naturais que as chefias tradicionais possuem com a comunidade, ou mesmo induzir a uma fragilização das suas estruturas na medida em que, na condição do exercício de funções do Estado, passam a gozar de estatuto não próprio que pode ser contrário ao estatuto originário marcado pela defesa dos interesses socioculturais que podem opor-se ou até conflitar com os interesses de representar o Estado ao nível do escalão territorial mais baixo.<sup>69</sup>

Entretanto, em nosso entender, tal situação como colocada por Israel Massuanganhe, não se enquadra ao caso angolano, na medida em que as instituições do poder tradicional não representam o Estado, mas sim os interesses próprios do seu grupo, tem a ver com a sua autoadministração da vida comunitária num determinado espaço territorial, sem, no entanto, pôr em causa a natureza de Estado unitário, consagrado no artigo 8º da Constituição.

Acresce que certa doutrina defende que, no âmbito da institucionalização do poder local, deverá ser definido um modelo de delegação de poderes entre a administração local e as autoridades tradicionais. Não nos parece uma solução acertada, a existência desta figura na relação Estado-autoridades tradicionais, pensamos que o que deve haver é uma transferência de competências e de poderes do Estado. Pelo contrário, as autoridades tradicionais não são órgãos do Estado e não se encaixam na sua estrutura hierárquica administrativa. Assim, após o exercício dessa transferência, a intervenção da administração Estadual nas ações da competência dessas entidades deverá sempre ser presidido pelo princípio da subsidiariedade.<sup>70</sup>

Por tudo isto, o modelo a ser instituído colocará as autoridades tradicionais no regime de tutela administrativa, tendo em conta as suas especificidades, conforme o definido no n.º 4 do artigo 23º da Lei 15/17, de 8 de agosto (Lei Orgânica do Poder Local).

### **1.5.2 – Relacionamento institucional entre administração estadual, poder local, e autoridades tradicionais**

Um primeiro aspeto digno de realce, no quadro do relacionamento institucional das autoridades tradicionais com as demais entidades, centrais e locais, é certamente a atribuição de subsídios e fardamentos às primeiras por parte do Governo. Tal atitude governamental

---

<sup>69</sup> MASSUANGANHE, Israel Jacob, *op. cit.*, p.137.

<sup>70</sup> Apesar de não ter consagração expressa na Constituição Angolana, o princípio da subsidiariedade está orientado ao nível das relações entre o Estado unitário e o poder local, bem como com o princípio da descentralização democrática. Sobre esse assunto, ver CANOTILHO, J.J. Gomes, **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7ª Ed., Coimbra: Almedina, 2003, p.362.

configurou um reconhecimento tácito das autoridades tradicionais, se considerarmos que até há pouco tempo a Lei Constitucional de 1992, no que tange ao poder local, não fazia qualquer menção às autoridades tradicionais, afirmando simplesmente no seu artigo 145º que a organização do Estado ao nível local compreendia apenas existência de autarquias e de órgãos administrativos locais.<sup>71</sup>

Apesar desta omissão ou falta de reconhecimento, a verdade é que, após a independência, e mais precisamente nos anos 90, o Estado começou paulatinamente a reconhecer o papel fundamental das autoridades tradicionais. Neste sentido, em 1992, por via do decreto conjunto n. º37/92, de 21 de agosto, foi criado o subsídio para as autoridades tradicionais, justificado pelo facto, entre outros, de as autoridades tradicionais traduzirem a preservação dos valores ancestrais e culturais do povo.

É este, claramente, um reconhecimento estatal do valor dessas entidades, antes mesmo do reconhecimento constitucional que só veio a acontecer com a Constituição de 2010.

É de realçar que atualmente tal subsídio regulado por Decreto Presidencial n. º115/12 de 8 de junho, tendo o Governo procedido a um seu ajuste nessa altura. Note-se que existem amiúde conflitos em volta desta situação, e as razões que normalmente se apresentam para tal celeuma são: os pagamentos muitas vezes tardios dos subsídios; o surgimento exponencial de novas autoridades tradicionais com expectativas de ganharem algum dinheiro; por último, a atribuição de meios rolantes e outras benesses que o Governo oferece em ocasiões comemorativas, que funcionam como um meio de realização pessoal.

Para o Estado, o papel das autoridades tradicionais verifica-se na gestão de terras da comunidade, no controlo do assentamento das populações deslocadas durante a fase de conflito armado, na mobilização da população para o recenseamento populacional, no recenseamento dos jovens para o serviço militar, na preservação dos locais sagrados, no registo dos nascimentos e óbitos, na denúncia de caçadores sem licença, na mobilização para as campanhas de vacinação infantil, no zelo pelas normas de cumprimento de exploração de recursos naturais. Em suma, o poder estatal reconhece que as autoridades tradicionais realizam uma imensidão de tarefas na comunidade que apoiam ou auxiliam as demais entidades administrativas.

É, portanto, clara a importância do papel das autoridades tradicionais na comunidade e

---

<sup>71</sup> Com a consequência de enquadrar os órgãos administrativos locais do Estado no poder local, o que só veio a ser corrigido já na Constituição de 2010.

o seu subsequente apoio às demais entidades administrativas. Aliás, como reforça Israel Jacob Massuanganhe, as formas tribais de convivência entre os povos podem ser uma referência para se ver o quão importante é a consagração do poder tradicional fora do aparato organizacional do Estado. Assim a fronteira que delimita os papéis do Estado e da liderança tradicional é aclarada pelo vínculo que este último tem no seio da comunidade.<sup>72</sup>

Além disso, o ideal para a concretização do Estado democrático de direito é que esta relação institucional se mantenha firme, eficaz, respeitando os princípios que consagram o poder local, com as especificidades que se exigem decorrentes das regras das instituições do poder tradicional, configurando assim uma relação de tipo horizontal. No entanto, no entender de Fernando Pacheco<sup>73</sup> não tem sido este o caso uma vez que se tem verificado antes uma relação mais de subordinação.

Para o mesmo autor, por exemplo, as relações entre o Estado e o poder tradicional processam-se numa base impositiva, como se o último se tratasse de um escalão inferior ao Estado, uma realidade tangível, mesmo que o discurso oficial diga, às vezes, o contrário. É, assim, fundamental definir os mecanismos de negociação para o estabelecimento de relações de parceria entre os dois tipos de poder, sem que isso, no entanto, signifique a ampliação dos poderes de uma autoridade não democrática num quadro que se pretende democrático.

---

<sup>72</sup> MASSUANGANHE, Israel Jacob, *op. cit.*, p.137.

<sup>73</sup> PACHECO, Fernando, *op. cit.*, p.11

## CAPÍTULO II- O PODER TRADICIONAL EM ALGUNS GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS

### 2.1- A Autoridade Tradicional entre os Ambó

O grupo etnolinguístico Ambó constitui cerca de 1,2% da população total de Angola e é composto pelos subgrupos Mumbadjas, Ndobodolas, Kwanhamas, Kwangares, Evales e Kafimas.<sup>74</sup>

O grupo étnico Ambó está situado na orla da bacia interior do deserto do Kalahari e faz parte da depressão do interior da África Austral, estando assim limitado pelos rios Cunene a Oeste e Cubango a Leste, área territorial dividida sensivelmente em partes iguais entre Angola e a Namíbia. Dentro do território angolano, ocupam uma zona do distrito do Cunene, abrangendo todo o concelho do Cuanhama (N'Giva), toda a circunscrição de Namacunde e ainda, a Norte, a área do posto da Mupa da circunscrição do Cuvelai e, a Oeste, as áreas do posto sede, de Cuamato, e parte do posto de Nautila, no concelho do Cuamato (Changongo).<sup>75</sup>

Quanto à sua organização político-administrativa, a sua unidade era a mucunda, formada por um número variável de *eumbos*; o chefe da *mucunda* (*muene ua mucunda*) exerce funções administrativas, policiais, judiciais e informativas. Na hierarquia da governação, entre o soba e os chefes da mucunda, situa-se um outro cargo, o *lenga*, espécie de ministro e conselheiro do *ohamba* que superintende um grupo de *mucundas*. Este mesmo *lenga* recebia ainda atribuições militares, comandando um grupo de 100 homens (*etanga*), que constituíam a sua unidade-base militar.<sup>76</sup>

No que tange ao poder tradicional, a organização política dos Ambós assenta na tribo e é de carácter aristocrático-militar. O *Ohamba* (rei ou soba) concentra em cada tribo os poderes político e militar e, inclusive, até dispunha antes de poderes absolutos sobre os seus súbditos, incluindo o direito de vida e de morte.<sup>77</sup> Era, em verdade, um governo conduzido com o mais requintado e absoluto despotismo, conforme afirma o Padre Carlos Estermann, reforçando mesmo que a morte do jovem monarca Namadi, segundo se diz, terá sido uma vingança do seu povo, que saturado do seu regime tirânico, teria encarregado alguém para lhe administrar uma

---

<sup>74</sup> PAHULA, Ovídio; MUPINGA, Benedito dos Santos, **O Grupo Etnolinguístico Nyaneka-Humbe no Contexto Nacional**, in OLIVEIRA, Ana Maria (Coord.), *op. cit.*, pp.256-258.

<sup>75</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, **Os Ambós de Angola antes da Independência**, Lisboa: Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1994, pp.33-34.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p.235.

<sup>77</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p.235.

boa dose de veneno.<sup>78</sup>

Importa realçar que, nos Ambós, assim como em todas as sociedades tradicionais angolanas, não há direito codificado, o que se afigura natural em povos iletrados, mas sempre existiu o conceito do bem e do mal, em relação ao qual se formou um conjunto de regras sancionadas pelo senso geral, o direito costumeiro, que define o modo como os indivíduos devem pautar a sua conduta.

Este direito costumeiro que rege as sociedades tradicionais angolanas tem no seu conceito o elemento religioso, que é fundamental, pois é sobretudo o receio do castigo sobrenatural que garante a coercibilidade das regras costumeiras.<sup>79</sup>

Destarte, a componente mágico-religiosa dos Ambós está ligada claramente ao meio em que vivem. Eles têm em *Kalunga* o seu Deus, um ente longínquo e tão grandiosamente superior que torna impossível que um ser humano de categoria inferior falar com ele,<sup>80</sup> só sendo possível essa comunicação pela intercessão dos espíritos dos antepassados. O termo *Kalunga* possui alguns sinónimos que, no entanto, são aplicados simplesmente em locuções proverbiais e poéticas, como *Pamba*, *Namongo* e *Mbangu*.<sup>81</sup>

Na sociedade tradicional Ambó, o culto dos espíritos é assegurado por um *ondudu* ou *kimbanda*, com funções de curandeiro e de adivinhador, que é, portanto, um medianeiro entre os mundos terrestre e sobrenatural.<sup>82</sup>

Quanto à Legitimidade, na sociedade tradicional Ambó, a sucessão dos chefes tradicionais obedece à descendência matrilinear, mas a chefia suprema da tribo é sempre exercida por um homem, havendo exceções em pequenas parcelas do território tribal para algumas mulheres de «sangue real», como foi o caso, na tribo Cuanhama, da rainha Nekoto, que estabeleceu a sua corte perto de Namacunde, e da rainha Hanyanha, na área do Cuangali.<sup>83</sup> Assim, no regime matrilinear, a preferência sucessória dá-se ao irmão uterino mais novo do falecido, ou a um sobrinho, filho mais velho da irmã mais velha do finado.<sup>84</sup>

Assevera Ramiro Ladeiro Monteiro que no passado nem sempre a sucessão obedecia à ordem hereditária estabelecida de acordo com a linha matrilinear; é que por vezes, o chefe era

---

<sup>78</sup> ESTERMANN, Carlos, **Etnografia do Sudoeste de Angola (Os povos Não-Bantos e o Grupo Étnico dos Ambós)**, Vol.I, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960, p.157.

<sup>79</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p.240.

<sup>80</sup> *Ibidem*, p.251.

<sup>81</sup> ESTERMANN, Carlos, *op. cit.*, p.228.

<sup>82</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p.255.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p.236.

<sup>84</sup> ESTERMANN, Carlos, *op. cit.*, p.153.

escolhido pelo conselho de anciãos, ou, mediante sancionamento deste, pela própria população entre os homens mais idóneos, isto é, com melhores qualidades de chefia (*primus inter pares*).<sup>85</sup>

Já na componente administrativa, a estrutura da organização da sociedade tradicional Ambó funciona junto ao soba (*ohamba*), sendo presidido por este um órgão com características político-militares, o *N'Gundafana* (conselho ou estado-maior), no qual tinham assento os *lengas* da tribo. O mesmo órgão reúne numa dependência própria da *embala* do soba (*calupali*), sempre que há assuntos importantes a discutir. É, no entanto, um órgão consultivo, pois a decisão dentro do regime absoluto estabelecido cabe sempre ao Soba.<sup>86</sup> Excetuam-se aqui as matérias de direito de sucessão em que este conselho assume funções deliberativas uma vez que a investidura do *ohamba*, como supremo magistrado da tribo carece da aprovação do conselho dos *lengas*.

## 2.2 – A Autoridade Tradicional nos Ovimbundu

Os Ovimbundu formam o maior grupo étnico existente em Angola, constituindo cerca de 36% da população total do país,<sup>87</sup> estendendo-se geograficamente entre as províncias do Bié, Huambo, Benguela e a zona sul da província do Kuanza Sul. Os Ovimbundu estão limitados a Norte pelos Ambundu, a Sudeste e Este pelos Va-Nganguela, seguem-lhes os seus afins os Va-Luchaze e a Sul encontram-se os Va-Nyaneka-Humbe.

Na comunidade tradicional Ovimbundu, a organização política e territorial está feita em forma hierarquizada, sendo as maiores povoações dirigidas sempre por um *Sekulo Ymbo* que orienta as tarefas essenciais daquele grupo.

Assim, podemos encontrar na divisão territorial dos Ovimbundu os *Osongo* que são aldeias com aglomerado populacional e as *Ovisenge* que são terras destinadas à agricultura ou caça. Todos esses espaços territoriais possuem o seu próprio modelo de organização e funcionamento do poder, mas que é dirigido sempre pelo *Sekulo Ymbo*.<sup>88</sup>

Quanto à titularidade do poder tradicional, para que um indivíduo fosse *Ossoma*, devia

---

<sup>85</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p.238.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p.235.

<sup>87</sup> PAHULA, Ovídio; MUPINGA, Benedito dos Santos, **O Grupo Etnolinguístico Nyaneka-Humbe no Contexto Nacional**. Uma breve reflexão sobre a sua estrutura social, económica e cultural, *in* Oliveira, Ana Maria de, (Coord.), *op. cit.*, p.257.

<sup>88</sup> Relatório do Grupo Técnico da Província do Bié apresentado ao 1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola, decorrido em Luanda de 20 a 22 de Março de 2002.



pertencer à linhagem (*Elila*) dos *Olossoma*. Além deste requisito, deve ser também uma personalidade irrepreensível, inteligente e fisicamente forte, corpulento. Entre este grupo étnico, a sucessão obedecia à linhagem matrilinear (*elila lyo Kólwina*), mas tal situação conheceu alguma alteração decorrente do contacto com os europeus, que levou os *Olossoma* a preferirem deixar o poder aos seus próprios filhos (*omãlã*) em detrimento de seus sobrinhos (*ovimmba*), filhos da irmã. Desta feita, a sucessão real passou de matrilinear para patrilinear.<sup>89</sup>

Já na componente mágico-religiosa, o povo Ovimbundu acredita no poder de comunicação entre o *Ossoma* e os seus antepassados. É esse poder que facilita evitar certos males na comunidade, havendo uma exigência de total respeito por essas crenças. Por exemplo, entendem estas autoridades que problemas como o aumento de roubos se constatarem porque diminuiu o temor ao feitiço, ou que adultério está bastante propagado, porque já não se paga o *ukoyi* (multa pelo adultério).<sup>90</sup>

Em termos de legitimidade do exercício do poder, entre os Ovimbundu, tal como nas outras sociedades tradicionais angolanas, não há separação de poderes, estando todos eles concentrados na pessoa do *Ossoma*. Este, por ter chegado ao poder por via da linhagem dos *Olossoma*, é respeitado e aceite pela comunidade. Além disso é-lhe acrescentado e legitimado o poder de comunicação com os ancestrais, o que reforça o temor da população, permitindo-lhe exercer o seu poder de forma absoluta, sem quaisquer contestações. Em suma, são as regras consuetudinárias que dão legitimidade ao poder do *Ossoma*.

Relativamente à atividade política e administrativa nos Ovimbundu, apesar de não haver a tradicional separação de poderes semelhante ao Estado moderno, ela é assegurada pelo *Ossoma* como figura principal, coadjuvado por determinados membros ao nível da *Ombala* (como capital do Estado) e por outros ao nível das circunscrições inferiores (uma espécie de governadores de província).

Assim, ao nível da capital, podíamos encontrar o *Nufiulu* (Primeiro-Ministro), o *Kessongo* (Ministro da Defesa), o *Cinduli* (Executor e chefe do estado-maior) e tantos outros respeitantes às mais diversas áreas de governação; e ao nível inferior, entre os governadores, encontramos figuras como o *Va-Mwele*, escolhido para dirigir as províncias.<sup>91</sup> Entretanto, há um órgão não menos importante, com funções consultivas que é o Conselho do Sobado,

---

<sup>89</sup> Relatório do Grupo Técnico da Província da Huila ao 1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola, decorrido em Luanda de 20 a 22 de Março de 2002.

<sup>90</sup> *Idem*.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

constituído por todos os chefes de povoações e que funciona na corte da *Ombala*, com funções de aconselhamento e assessoria em julgamentos de casos de maior complexidade.<sup>92</sup>

### 2.3 – A Autoridade Tradicional nos Nyaneka-Humbe

Os Nyaneka-Humbe habitam o Sul de Angola e são constituídos pelos subgrupos Ovanyaneka e Ovankhumbi. Este grupo étnico abrange as províncias de Huíla, Namibe, Cunene e Benguela. Tem a particularidade de ser o grupo étnico com uma circunscrição territorial que não ultrapassa o território angolano, ao contrário, por exemplo, dos Ambós que se estendem até à vizinha República da Namíbia.

Quanto à sua organização política e territorial, a sua estrutura centra-se nas *Ombalas*, subdivididas em *Ombala* grande e *Ombala* pequena. O chefe supremo ocupa a grande, dirigindo a partir daí o poder central. Cada *Ombala* é o centro político e administrativo.<sup>93</sup> Ademais, a organização política da *Ombala* consiste na fortificação e defesa dos interesses supremos do reino, na proteção dos seus chefes e da família tradicional.<sup>94</sup>

O seu poder tradicional está concentrado no *Ohamba* (Rei ou Soba), o administrador do povo, dos seus bens e juiz supremo, agregando, assim, a autoridade nas esferas política, económica, jurídica e religiosa. Nas vertentes executiva e judicial, o supremo chefe é assistido pelos seus ministros e conselheiros que residem junto da corte a fim de estarem à disposição do soberano em qualquer altura.<sup>95</sup>

Quanto à sua componente mágico-religiosa, na comunidade tradicional Nyaneka-Humbe, o *Ohamba* representa o centro religioso e governativo. O seu carácter sagrado resulta, tal como nas outras comunidades, da crença segundo a qual nele habitam as almas dos seus antepassados, sobretudo aqueles que deixaram boas recordações entre os seus súbditos. Os espíritos são assim tidos como orientadores da tutela da tribo, principalmente em momentos difíceis.<sup>96</sup>

A esse respeito, Américo Kwononoka recorda, por exemplo, que quando havia trovões,

---

<sup>92</sup> Relatório do Grupo Técnico da Província do Bié apresentado ao 1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola, decorrido em Luanda de 20 a 22 de Março de 2002.

<sup>93</sup> ESTERMANN, Carlos, *Etnografia do Sudoeste de Angola (o Grupo Nyaneka-Humbe)*, Vol.2, Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960, p.161.

<sup>94</sup> Relatório do Grupo Técnico da Província da Cunene exposto ao 1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola, decorrido em Luanda de 20 a 22 de Março de 2002.

<sup>95</sup> ESTERMANN, Carlos, *op. cit.*, p.161.

<sup>96</sup> Ibidem, p.162.

ventos fortes ou outros fenómenos atmosféricos de carácter destruidor, o *Ohamba* orientava os seus colaboradores para caçarem lagartos, animais que, segundo a tradição mungambwe, têm o poder de promover ou evitar e parar a chuva, bastando para tal que o *Ohamba* faça as suas preces com o emprego desses répteis.<sup>97</sup>

Portanto, como acabamos de ver, a vida sociopolítica nas comunidades tradicionais angolanas<sup>98</sup> é marcada por um ente todo soberano, com características aristocráticas e, nalguns casos, com um elevado despotismo, que antes dispunha até do direito de tirar a vida aos seus súbditos. Segundo as pessoas com quem conversamos, com exceção da pena de morte, algumas práticas que ferem a dignidade da pessoa humana e a Constituição do Estado democrático de direito continuam a subsistir, variando apenas de incidência nos diversos grupos etnolinguísticos.

Pode concluir-se que, embora em proporção reduzida, há direitos e liberdades fundamentais garantidos pela Constituição que continuam a ser violados. Deve-se, por essa razão, antever que o Estado Angolano e todos os atores sociais têm um grande trabalho pela frente para que possa concretizar cada vez mais o Estado democrático de direito. Trabalho este que deve começar pela elevação da cultura jurídica dessas entidades, mantendo, contudo, sendo o caso disso, a originalidade da sua natureza e de toda a envolvente que comporta a manifestação do poder tradicional.

---

<sup>97</sup> KWONONOCA, Américo, **Visão Antropológica sobre o exercício do Poder Tradicional: o Caso do Ohamba Mungambwe**, in Oliveira, Ana Maria de, (Coord.), *op.cit.*, p.147.

<sup>98</sup> De salientar que além dos três grupos etnolinguísticos aqui abordados, existem tantos outros não menos importantes que constituem o vasto mosaico sociocultural Angolano.

## CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO DO COSTUME E DAS AUTORIDADES TRADICIONAIS NA ORDEM JURÍDICA PLURAL ANGOLANA

### 3.1- Formas de Integração das Autoridades Tradicionais nos Sistemas Político-Administrativos de África

No período pós-independência, os novos países africanos cedo se depararam com o problema de integração das autoridades tradicionais no processo do Estado, considerando o facto de esses atores políticos serem entendidos como uma realidade preexistente a esse mesmo Estado.

Neste domínio, tenha-se presente no passado colonial, quando vigorava sistema de *indirect rule*, de inspiração britânica, que enquadrava as autoridades tradicionais como elementos da administração local do Estado. Em boa verdade, tal sistema foi encarado como uma relação de dominação dos Estados coloniais sobre essas autoridades originárias do território ocupado,<sup>99</sup> não permitindo, com efeito, qualquer autonomia por parte dessas autoridades na resolução dos problemas das populações que representam.

Alguns autores, como Fernando Florêncio, entendem que os Estados têm empreendido algumas estratégias com o intuito de exercerem um controlo quer sobre as autoridades tradicionais quer sobre as suas capacidades e limites jurídicos. Tentam, assim, determinar e impor uma hierarquia de competências jurídicas entre os diferentes atores e as diferentes ordenações legais locais e o direito estatal nacional.<sup>100</sup>

Segundo N'Gunu Tiny<sup>101</sup> existem dois modelos de acomodação das autoridades tradicionais no sistema legal nacional: o modelo *monista* ou de integração e o modelo *dualista* ou de reconhecimento. Num modelo monista, essas autoridades são incorporadas como parte integrante da administração pública, numa configuração do sistema *indirect rule*, sendo que tal incorporação pode nem sequer ser formal. Já no modelo dualista, as autoridades tradicionais são encaradas enquanto líderes das suas próprias comunidades, por conseguinte como uma

---

<sup>99</sup> FLORÊNCIO, Fernando, **Pluralismo Jurídico e Estado Local em Angola: um olhar crítico a partir do estudo de caso do Bailundo**. Revista de Antropologia Portuguesa n. °28, 2011, pp.95-134. Disponível em: [https://www.uc.pt/en/cia/publica/AP-artigos/AP 28.05-fernandoflorencio](https://www.uc.pt/en/cia/publica/AP-artigos/AP%2028.05-fernandoflorencio). Acesso aos 10.11.2017.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p.100.

<sup>101</sup> GUEDES, Armando Marques; LOPES, Maria José, **State and Traditional Law in Angola and Mozambique**, Coimbra: Almedina, 2007, p.73.

instituição autónoma do Estado local. Tratando-se aqui de um mero reconhecimento declarativo por parte do Estado, o poder tradicional não deriva da autoridade e legitimidade dada pelo Estado, pelo contrário, é por conta da sua legitimidade intrínseca que é reconhecido pela República.

No entanto, em qualquer dos modelos, a relação entre o Estado e as autoridades tradicionais é sempre encarada de um prisma hierárquico de subordinação destas últimas ao Estado. Assim, nenhum dos dois modelos expressa uma verdadeira visão pluralista da relação.<sup>102</sup> Em termos práticos, os sistemas legais costumeiros devem conformar-se sempre ao Direito estatal e às normas constitucionais nacionais. A interação normativa entre os dois modelos deve ser vista e aplicada verticalmente.

Perfilhamos a visão deste último autor, mas com uma ressalva. No caso angolano, verifica-se, sim, uma subordinação das normas costumeiras, mas só em relação à Constituição e dentro dos limites que a Lei magna da República impõe, estando no mesmo pé de igualdade em relação a qualquer outra norma. E o mesmo se dizer em relação às autoridades tradicionais. Fruto da sua falta de cultura jurídica, que é normal nesta altura, algumas dessas autoridades colocam-se em posição subalterna face à Administração Estatal, mas, em boa verdade, a Constituição confere-lhes total autonomia.

Assim, em função da situação factual e do momento legislativo existente atualmente em Angola, e pelo que podemos deduzir do texto constitucional de 2010, no que concerne ao poder local (artigo 213º da CRA), podemos concluir que a Constituição consagrou uma posição autónoma ao poder local nas três formas que integram o mesmo. Tal facto permite-nos, desde logo, deduzir que o modelo adotado em Angola é, claramente, dualista, ou de reconhecimento, para usarmos a expressão de N'Gunu Tiny.

Portanto, esse reconhecimento das autoridades tradicionais, trazido *ex novo* pela Constituição de 2010, veio pôr fim, por assim dizer, a uma série de ambiguidades quando se colocava a questão de saber qual o verdadeiro lugar desse poder tradicional. Em reforço disto, cumpre aqui trazer exemplos referidos por Fernando Pacheco.<sup>103</sup> Quando, em Malange<sup>104</sup>, questionava essas autoridades sobre se se consideravam representantes do Estado entre as populações, a resposta foi negativa, assumindo-se elas antes como parceiros do Estado.

---

<sup>102</sup> *Idem*, p.74.

<sup>103</sup> PACHECO, Fernando, *op.cit.*, p.10.

<sup>104</sup> Malange é uma das dezoito províncias que constitui o território da República de Angola.

Contudo, na altura da discussão sobre os subsídios e fardamentos dados pelo Estado às autoridades tradicionais, nesse caso elas já se consideravam representantes do Estado junto do povo.

O mesmo se passava do lado da administração Estadual, em que até há pouco tempo, consultando documentos oficiais, *máxime* do Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado, se podia concluir que na divisão político-administrativa de Angola havia dificuldades em determinar o exato lugar de tais autoridades.<sup>105</sup>

Podemos resumir que, hoje, existe um quadro legal instituído, embora insuficiente, e os principais atores, Estado, autoridades tradicionais e demais formas que compõem o poder local, devem pautar a sua conduta pelo respeito da ordem vigente. Todavia, cabe chamar aqui a atenção para alguma postura menos correta de algumas autoridades tradicionais. Consta-se que, em alguns municípios do país, há entidades dessas a colocarem-se numa posição de subalternização em relação aos Administradores municipais ou comunais em troca de uma relação sadia e de algumas benesses.

Esta é uma situação que deve terminar. Tais entidades devem manter o seu prestígio em respeito daqueles que representam, pois não há qualquer legislação que aponte para um estatuto de subordinação, nem, tampouco, é esse o espírito da Constituição em relação às mesmas. Deve existir, ao invés, sim uma relação de cooperação e respeito mútuo. Apela-se também ao Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado para instruir os seus órgãos locais<sup>106</sup> para o respeito da natureza desta relação institucional sob pena de estarmos a violar gravemente a Constituição da República.

### **3.2- Reconhecimento Jurídico do Costume e das Autoridades Tradicionais**

O Poder tradicional está concebido como uma das formas de manutenção da ordem social. O seu substrato é o costume que vai compondo o direito consuetudinário que rege a vida das comunidades rurais em Angola. Destarte, reconhecendo a pluralidade de ordens legais, fruto da especificidade do próprio país, é imperiosa a adoção de mecanismos que possibilitem juridicamente a normal convivência dessas ordens pois há que respeitar realidades preexistentes ao Estado moderno. Nesta senda, o reconhecimento jurídico do costume e das autoridades

---

<sup>105</sup> A razão, parece-nos, tem a ver com a falta de um tratamento legislativo cuidado dessas entidades, depois de um passado marcado por várias tentativas fracassadas desde o período pós-independência.

<sup>106</sup> Referimo-nos aos Governadores Provinciais, Administradores Municipais, Comunais, entre outros.

tradicionais tornou-se “ouro sobre azul”.

### **3.2.1- Período pré-colonial**

Na era pré-colonial, a vida primitiva tinha a sua organização político-administrativa assente nos reinos<sup>107</sup> que se foram compondo no território angolano com povoações oriundas, na sua maioria, da zona central de África. Este é um período caracterizado pela oralidade em razão da própria natureza das normas consuetudinárias. Toda a vida das comunidades era destinada à produção de bens de sobrevivência sob o comando de um Rei ou chefe de tribo.

Muito embora seja esta uma época caracterizada por escassez de fontes no que tange à sua organização política, é importante ressaltar que as instituições do poder político tinham uma maior intervenção na regulação de trocas comerciais e, principalmente, na garantia da paz em função das guerras com outros grupos.<sup>108</sup>

Deste modo, de acordo com os aspetos atinentes à própria natureza oral deste tempo histórico, é coerente e perceptível, desde logo, a escassez de base documental que reporte o reconhecimento e a legitimação estadual das autoridades tradicionais nesse período. Esta evidência reforça, em certa medida, a posição de historiadores e doutrinadores do Direito, segundo a qual tais estruturas são pré-existentes ao Estado moderno, sendo certo, no entanto, que o exercício da atividade política desse poder tradicional com legitimação estadual só foi encontrado no período da colonização.

### **3.2.2- Período colonial**

O tempo colonial é caracterizado por diversos momentos por que passou o império português, em função dos objetivos que tinha para as suas colónias e das mudanças que foram ocorrendo ao nível internacional, resultando num período bastante frutuoso em termos de produção legislativa.

Assim, o primeiro momento é a fase da monarquia absoluta (1482-1822), o qual teve o seu “acento tónico” a partir de 1575, data em que Paulo Dias de Novais fundou Luanda, cidade que, posteriormente, veio a transformar-se no principal centro político-administrativo da nova colónia.

---

<sup>107</sup> Até à chegada do navegador português Diogo Cão à foz do rio Zaire, em 1482, o território angolano era constituído por inúmeros reinos, sendo os mais importantes os do Congo, Matamba, Ndongo e reino dos Kwanyamas.

<sup>108</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, **Direito Administrativo**, Luanda: Mayamba Editora, 2013, p.238.

Com fins assimilacionistas, o poder colonizador tentou levar para Angola a fórmula municipalista europeia. Contudo, muito dificilmente se pode crer que as instituições municipais criadas nessa época já configurassem um regime de poder local copiado da metrópole,<sup>109</sup> ou seja, não se podia vislumbrar quaisquer traços característicos de um poder local já que as populações colonizadas continuavam a relacionar-se no âmbito das instituições tradicionais que existiam antes do período da colonização.<sup>110</sup>

Portanto, nesse período, não se desencadeou qualquer ação de inclusão das autoridades tradicionais ao nível da função governativa. O poder colonial não havia percebido ainda a importância dessas estruturas tradicionais para a facilitação da implementação da sua administração no território.

O momento posterior é o período liberal (1820-1910), influenciado pelos ventos dos constitucionalismos americano e francês. Portugal importa ideias de constituição escrita, de soberania nacional, divisão de poderes, direitos do homem e do cidadão, garantias de igualdade perante a lei, liberdades políticas<sup>111</sup>. Naturalmente, esses ventos liberais sopraram também sobre a administração das colónias, embora tenham obedecido a fases de implementação diferentes.

Recorde-se que, até esse advento histórico, os poderes coloniais não haviam dedicado às populações indígenas quaisquer direitos ou garantias. É só a partir desse marco que é possível ver-lhes outorgados direitos e garantias, isenções e regalias dos cidadãos portugueses da Europa.<sup>112</sup>

Não obstante a Constituição portuguesa de 1822 trazer já princípios constitucionais organizativos do poder local, nada diz sobre qual o modelo aplicável aos territórios colonizados. O mesmo se pode dizer, *mutatis mutandis*, da Carta Constitucional de 1826.

Importante também é notar que, nesta fase, existiam modelos especiais ou especializados com o intuito de atender às circunstâncias do território e do estado de civilização das províncias ultramarinas<sup>113</sup>.

---

<sup>109</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, *op.cit.*, pp.238-239.

<sup>110</sup> FEIJÓ, Carlos, **A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana**, Coimbra: Almedina, 2012, p.270.

<sup>111</sup> *Idem*, p.270.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p.271.

<sup>113</sup> FEIJÓ, Carlos; PACA, Cremildo, *op.cit.*, p.239.



Por conseguinte, foram criadas leis especiais como resultado da necessidade de editar normas consuetudinárias da população indígena de forma a positivar o seu próprio Direito. Tais ações tiveram como fundamento os princípios constitucionais da especialidade e da urgência, ambos associados ao princípio da observação dos usos e costumes dos indígenas e à missão civilizadora.<sup>114</sup>

Destarte, o *princípio da especialidade* impõe uma aplicação exclusiva da norma dentro do espaço para o qual é criada. Tal princípio resulta da observação dos que melhor conhecem as dificuldades do quotidiano das colónias e, assim, adapta as leis metropolitanas às colónias. Já o *princípio da urgência* está direcionado a tornar céleres decisões associadas a projetos legislativos do Parlamento, o que seria feito por via de uma autorização legal que validasse o ato e desse competências a quem o praticar.<sup>115</sup>

Outro aspeto importante é a extensão ao ultramar, em 1869 do código civil português de 1867<sup>116</sup>, observando os usos e costumes dos indígenas em respeito pelo *princípio do respeito pelos usos e costumes dos indígenas*. Tal alargamento impunha, entretanto, alguns limites relativos aos princípios da moralidade e da humanidade em vigor na metrópole. De qualquer modo, para que os usos e costumes fossem respeitados tinham de ser do conhecimento de toda a coletividade, o que implicava a sua codificação.

Para Manuela Assis, a intenção de tornar conhecidos os usos e costumes permitiria a positivação do direito que lhes era inerente e, provavelmente, a sua extinção, o que se tornou difícil em razão da diversidade dos povos que habitavam as colónias.<sup>117</sup> Entretanto, estava assim definida uma forma especial para a resolução de conflitos de acordo com as normas costumeiras, o que permitia que esse segmento populacional, nas suas querelas, se mantivesse sujeito a normas do direito (civil e criminal) diferenciadas das normas do código da metrópole.<sup>118</sup>

Num terceiro e último momento, houve uma sequência de produção legislativa para a organização administrativa da metrópole e das colónias. São os casos, por exemplo, da *Lei de 25 de abril de 1835* sobre a divisão administrativa do país; do *Código administrativo de 31 de*

---

<sup>114</sup> ASSIS, Manuela, **Sistemas Jurídicos e Judiciais: os tribunais coloniais e a aplicação da justiça aos indígenas**, Revista Africana Studia, n. °21, 2013, p.77.

<sup>115</sup> *Ibidem*, pp-77-78.

<sup>116</sup> O decreto de 11 de Novembro de 1869 que manda aplicar o Código Civil ao ultramar, reconhece diferenças socioculturais que exigem adoção de normas diferentes aos residentes do ultramar. (FEIJÓ, Carlos, A Coexistência ..., p.279).

<sup>117</sup> ASSIS, Manuela, *op.cit.*, p.79.

<sup>118</sup> *Idem*, p.79.

dezembro de 1836; do Código administrativo de 18 de março de 1842; da Lei de 26 junho de 1867; do Código de 21 de julho de 1870; do Código Administrativo de 6 de Maio de 1878, do Código de 17 de julho de 1886,<sup>119</sup> entre outros.

Portanto, apesar de toda a produção normativa, a tendência centralizadora sempre esteve presente. Tal facto permite perceber facilmente a ausência das autoridades tradicionais na administração colonial. Mais tarde, com o *Regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias da África portuguesa* e o *Regulamento de trabalho dos indígenas*, é que se atribuíram certas prerrogativas às autoridades tradicionais.

Finalmente, no âmbito das reformas administrativas de cariz descentralizador, merecem realce, a Carta Orgânica do Império Colonial português e a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU), de 1933, ambos os diplomas surgidos para completar o Ato Colonial de 1930. No dizer de Carlos Feijó, e com razão, esses instrumentos constituem a coluna vertebral do regime jurídico administrativo colonial até à revisão constitucional de 1933 ocorrida em 1951.<sup>120</sup>

Com a RAU, foi definida a integração das autoridades tradicionais no quadro administrativo colonial. A reforma teve ainda o condão de proceder à divisão administrativa das colónias portuguesas, e das funções de cada categoria de funcionários administrativos, além de ter institucionalizado um modelo de relacionamento entre o Estado colonial e as autoridades tradicionais.<sup>121</sup>

Ademais, a RAU, no capítulo dos deveres e das funções das autoridades tradicionais, atribui um rol de funções administrativas a essas entidades, o que, nos leva a concluir, que as mesmas estavam realmente integradas na administração colonial.

No entanto, salienta-se que desta feita, o modelo de administração indireta que teve como base o respeito pelos usos e costumes dos indígenas nunca foi aplicado na íntegra em nenhuma colónia dado que as autoridades coloniais sempre o usaram de uma forma manipulada e coerciva.<sup>122</sup>

Em relação a esse último aspeto, inúmeros são os exemplos que atestam essa triste realidade. Reportando-se ao caso moçambicano, Francisco Florêncio esclarece que as

---

<sup>119</sup> FEIJÓ, Carlos, *op.cit.*, pp-283-284.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p.317.

<sup>121</sup> ASSIS, Manuela, *op.cit.*, p.90.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p.91

autoridades tradicionais eram classificadas em função do seu nível colaboracionista,<sup>123</sup> sendo que aqueles que não atingissem o nível desejado eram menosprezados ou castigados, muitas vezes em situações bastante humilhantes. Algumas autoridades eram castigadas publicamente diante das populações que representavam.<sup>124</sup>

Em suma, apesar dos prós e contras referidos até aqui, as autoridades tradicionais sobreviveram a todas metamorfoses que se foram sucedendo no longo período colonial. Numa fase inicial elas não foram consideradas pela administração colonial. Só mais tarde, fruto da política assimilacionista e da necessidade de extensão da administração colonial às regiões mais recônditas da colónia, se percebeu a necessidade de integrá-las na administração. E, assim, passaram a constar da legislação, o que configurou um reconhecimento *de jure* e *de fato* dessas autoridades.

### 3.2.3 – Período pós-independência e período democrático atual

Nos primeiros anos do período iniciado a 11 de Novembro de 1975, a República de Angola seguia as orientações das teorias marxistas-leninistas, concentrando o poder nas mãos das classes operária e camponesa. Em consequência, a conceção de poder local nessa altura não podia fugir a este modelo. É que a teoria marxista-leninista sobre o Estado não admitia a existência de outras pessoas coletivas distintas do Estado, nem tão pouco territoriais ou autarquias locais.

Trata-se de um período marcadamente centralizador. O poder local era reduzido às comissões populares de bairros e não se conjecturava qualquer enquadramento das autoridades tradicionais, ou seja, o Estado independente não contava com elas.

Várias razões se levantavam para justificar o distanciamento do Estado face às autoridades tradicionais. Eram encaradas com alguma desconfiança por terem colaborado com o poder colonial, bem como por representarem focos alternativos de poder que afrontavam a nova ordem nacional.<sup>125</sup>

Só mais tarde, no chamado período democrático<sup>126</sup>, tendo ficado para trás o regime monopartidário, começou uma aproximação das autoridades estatais às autoridades

---

<sup>123</sup>FLORÊNCIO, Fernando, **Ao Encontro dos Mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique**, 1ª ed., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.127.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p.145

<sup>125</sup> GUEDES, Armando Marques et. al. **Pluralismo e Legitimação: A Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola**, Coimbra: Almedina, 2003, p.97.

<sup>126</sup> Este período inicia-se por volta de 1992 com a realização das primeiras eleições gerais democráticas.

tradicionais, apesar da sua exclusão inicial do texto constitucional. Esse texto aprovado pela Lei n. °23/92, de 16 de Setembro, que vigorou até 2010, não deu acolhimento às instituições do poder tradicional, deitando por terra aquele avanço dado pela administração colonial.

Entretanto, tendo o Estado verificado a impossibilidade de estender a sua administração às regiões mais recônditas do país, viu nas autoridades tradicionais o seu elo de ligação com as populações dada a sua legitimidade junto destas, resultando daí uma legitimação dessas autoridades agora por parte do poder estadual.

Apesar dessa reaproximação ter sido abalada pelo conflito armado que assolou o país, em 2007, esse o processo conheceu novos desenvolvimentos. Por despacho presidencial<sup>127</sup>, é criada a Comissão Intersectorial para o Estudo do Estatuto Jurídico das Autoridades Tradicionais. Trata-se, em nosso entender, de um reconhecimento por parte do Estado, do papel influente dessas entidades junto das comunidades que haviam sido colocadas ao abandono logo após a independência.

Inicia-se, assim, um processo de inserção das autoridades tradicionais em diversos diplomas que regulam a administração local do Estado, juntando-se isto à atribuição dos subsídios que abordámos na 1.ª parte deste trabalho, assim como a sua inclusão no Conselho de Auscultação e Concertação Social ao nível provincial e municipal.<sup>128</sup>

E eis que finalmente chega o momento da “consagração”. Com a Constituição de 2010, as autoridades tradicionais e o costume acabaram por ganhar dignidade constitucional. São reconhecidas a validade e força jurídica do costume no artigo 7º, bem como as instituições do poder tradicional nos artigos 223º e seguintes. Tal reconhecimento constitucional vem confirmar, desde já, a existência de um pluralismo jurídico em Angola, através do qual se deverá forjar mecanismos de coabitação entre os Direitos público e tradicional ou costumeiro.

Destarte, nos termos da Constituição, o costume passa doravante a ter tutela do Estado e dos seus órgãos; para a sua validade, basta apenas estar em conformidade com a Constituição e não ferir a dignidade da pessoa humana. São estes, pois os únicos limites impostos pela Lei Fundamental, não sendo, por isso, necessária a sua conformidade com a lei, pois esta mesma

---

<sup>127</sup> Despacho n. °5/07 de 5 de Abril.

<sup>128</sup> Um exemplo clássico é o que acontece com a Lei de Terras (Lei n. °9/04 de 9 de Novembro), segundo a qual se respeitam os direitos fundiários constituídos na base do direito costumeiro, tendo-se atribuído um importante papel administrativo a essas entidades, o de consulta na concessão e delimitação de terrenos nas comunidades.

encontra-se em posição paritária em relação ao costume.

Sob o prisma do Estado democrático de direito<sup>129</sup>, toda ação do poder político deve estar subordinada à Constituição, e o mesmo Direito tem de ser orientado pelo respeito da dignidade da pessoa humana. Assim, a obrigação desse respeito proíbe qualquer ingerência contra esse valor, e, além disso, exige uma atitude ativa em defesa dessa dignidade.<sup>130</sup>

A mesma dignidade é, de resto, concebida como integrando o núcleo essencial dos direitos fundamentais. Assim, as instituições do poder tradicional, nas relações entre si e com as demais estruturas do Estado, não poderão levantar a questão da validade do costume quando este atenta contra a Constituição ou fere a dignidade da pessoa.

No que tange ao reconhecimento das instituições do poder tradicional nos termos do artigo 223º e seguintes da Constituição, importa acrescentar que a mesma as enquadra como uma das formas do poder local, que é visto como componente do Estado unitário (artigo 8º) que respeita na sua organização os princípios da autonomia dos órgãos do poder local, da desconcentração e da descentralização administrativas.

Desta forma, a Constituição reconhece, ao nível do território, espaços de interesses próprios que possam ser resolvidos por membros da própria comunidade.

Assim, ao reconhecimento das instituições do poder tradicional, aplica-se, *mutatis mutandis*, as limitações à validade do costume, ou seja, o estatuto, o papel e funções destas instituições não podem conflitar com a Constituição nem atentar a dignidade da pessoa humana.<sup>131</sup>

Desta forma, estando as instituições do poder tradicional e a validade do costume reconhecidas constitucionalmente, a atenção dos juristas e indivíduos formados nas mais diversas áreas deverá estar direcionada para os modos de coabitação entre o direito estatal e o tradicional. Tal foco, em nosso entender, deverá contar com uma multidisciplinariedade científica, com várias ciências que estudam a vida em sociedade. Não se pode descurar, claro, a ordem jurídica plural angolana, pois só este aspeto constituir-se-á como uma das fórmulas mágicas para a resolução dos problemas verificados nessa coabitação.

---

<sup>129</sup> Nos termos do n.º 1 do artigo 2º da Constituição da República de Angola.

<sup>130</sup> SOUSA, António Francisco de, **Constituição da República de Angola: Anotada e Comentada**, Porto: Vida Económica, 2014, p.21.

<sup>131</sup> Cfr. Artigo 223º da Constituição da República de Angola.

### 3.3- (In) Constitucionalidade de Certas Práticas Costumeiras

É desprovido de quaisquer dúvidas que, com a chegada da colonização, as estruturas do poder tradicional ficaram cada vez mais fragilizadas, com a propagação e imposição do que se chamou civilização. Tal facto contribui, de certa forma, para o fim de práticas costumeiras mais hediondas e não só que, aos olhos do colonizador, eram para eliminar imediatamente.

Entretanto, nos dias hodiernos, o *modus vivendi* de muitos grupos etnolinguísticos angolanos é ainda marcado por práticas que ferem diretamente a Constituição ou algumas normas que a concretizam. Um exemplo claro desta realidade é a própria estruturação da vida familiar nessas comunidades que limita a vida das mulheres a certas atividades, atribuindo mais privilégios aos homens, e, assim, ferindo claramente a igualdade entre o homem e a mulher no seio da família (inscrita no n.º 3 do artigo 35º da Constituição).

Nessas comunidades o limite etário para se atingir a maioridade<sup>132</sup> é praticamente inexistente. Muitas menores são comprometidas muito cedo, entre dos 12 e 14 anos. Esses casamentos prematuros impedem claramente o seu desenvolvimento pessoal, educativo e profissional.

Apesar de a Constituição (no artigo 15º) permitir o acesso à posse da terra, em várias comunidades esse direito só é reservado, em princípio, a indivíduos do sexo masculino, sendo vetado às mulheres. Além do mais, a própria forma de ascender ao poder, que abordámos atrás, nesta perspetiva, viola princípios fundamentais consagrados na Constituição. Ninguém é obrigado a assumir determinado cargo (com as implicações que daí decorrem tendo por base o direito costumeiro) só porque descende de alguém que conseguiu atingir o poder, sob pena de ser enfeitado e vir a morrer se recusar o mesmo.<sup>133</sup>

Continua também existindo nessas comunidades um ritual que é claramente atentatório da dignidade humana. No âmbito da administração da justiça, quando há a acusação de um crime, o acusado deve colocar os pés em dois furos feitos num grosso tronco, para confessar que cometeu o que lhe é imputado, quando muitas vezes, não se trata do real culpado.<sup>134</sup>

Outra prática repugnante e atentatória dos direitos consagrados na Constituição é o facto

---

<sup>132</sup> A maioridade começa aos 18 anos nos termos do artigo 24º da Constituição da República de Angola.

<sup>133</sup> SILVA, Mário Henriques da, **Povos da Quibala**. Mensário Administrativo. Publicação de Assuntos de Interesse Colonial. Luanda, N.24-25, pp. 44-45 Agosto-Setembro, 1949.

<sup>134</sup> SOUSA, João de Almeida e, **Apontamentos de Etnografia por Africanos**: Inquérito aos hábitos e costumes do povo adstrito à administração de Nrikinya, Luanda: Caxinde, 2008, p.23.

de que, decorridos três dias após a morte de um homem, a sua viúva é obrigada a praticar coito com um parente afastado do *de cujus*, com o pretexto de, assim, ser curada. Desta forma, nenhum curandeiro ou adivinhador poderá no futuro atribuir qualquer doença que se registre na comunidade ao facto de se ter enterrado alguém sem que os vivos se tivessem tratado. Este ritual é obrigatório para a viúva sob pena de ser vista como portadora de demónios.<sup>135</sup> Trata-se este de um hábito que, no entanto, continuará certamente a ser investigado, pois as pessoas com quem falamos divergiam em relação à sua permanência nas comunidades.

É igualmente comum, hoje, e não só nas comunidades rurais, vermos mulheres, mormente do grupo étnico “Mukubais”, a exporem publicamente o peito desnudo em observância das suas práticas costumeiras, sem qualquer intenção de assediar outras pessoas. No entanto, tal prática, à luz do direito positivo, é reprovável uma vez que configura um atentado ao pudor e, por isso, contrária ao direito instituído.

Estes e outros aspetos que agora não citamos animam ainda mais o debate e a ponderação a ser feita para que, com base na Constituição, possamos criar as modelizações adequadas tendentes a uma edificação jurídica plural em Angola.

### **3.4-A Difícil Tarefa de Conciliar Direito Positivo e Direito Costumeiro**

Tem-se levantado uma enorme discussão sobre como será possível conciliar, na ordem plural angolana, as autoridades tradicionais, com o seu direito costumeiro, e o direito positivo ou moderno.

Assim, colocam-se várias questões sobre saber como será possível conciliar entidades não eleitas, por vezes autocráticas, com entidades eleitas que respondem à população que representam. Como conciliar a estruturação jurídica de um Estado democrático com entidades que, na sua atuação, não demonstram delimitação entre público e o privado, nem a separação paradigmática de poderes trazida por Montesquieu?!<sup>136</sup> Alguns autores vão mais longe, defende-se mesmo que as formas político-jurídicas tradicionais africanas têm regras pouco coadunáveis com um Estado de Direito, já que nelas nem a legitimidade dos detentores do poder nem os seus atos estão submetidos ao império da lei.<sup>137</sup>

Vários são os exemplos práticos que atestam o que foi dito até aqui. Um deles, que se

---

<sup>135</sup> *Idem*, p.38.

<sup>136</sup> Referimo-nos à chamada teoria da separação ou tripartição dos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, pensada por Charles Montesquieu.

<sup>137</sup> GUEDES, Armando Marques, **O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos**, Coimbra: Almedina, 2004, p.160.

tornou paradigmático, envolveu altas autoridades administrativas. Tratou-se do chamado caso *Kamutukuleni*, decorrido no final de agosto de 2002, na província angolana do Kuando Kubango.

O então Governador dessa Província havia orientado os sobas que oito indivíduos acusados por eles de feitiçaria fossem julgados com base no direito costumeiro. Em consequência, esses homens foram condenados à pena de morte por fuzilamento e seus corpos deitados ao rio. Chegada a informação às autoridades judiciais, o Governador Provincial foi julgado e condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça Angolano, em 2005, ao cumprimento de doze anos de cadeia.<sup>138</sup>

Casos como estes ilustram bem os conflitos que surgem na aplicação do Direito costumeiro em oposição e as vezes até em conflito com regras jurídicas do Estado moderno democrático de Direito.

Ora, no âmbito desta problemática da conciliação, entende a professora Maria da Conceição Neto que, nos dias que correm, é completamente incompatível com o Estado democrático de direito o poder político dessas aristocracias. Essas pessoas não deveriam ter outro papel além do de respeitáveis conselheiros. Ademais, o respeito pelo passado não pode confundir-se com a invocação de quaisquer tradições desse tempo outro para legitimar o recuo face às conquistas político-sociais fundamentais da história da humanidade.<sup>139</sup>

Acresce que a lei a todos deve dar iguais direitos e o destino social de cada um não deve depender do seu nascimento, seja de linhagem nobre, plebeu ou descendente de escravos, seja homem ou mulher, filho de rico ou de pobre. Além disso, o poder político não tem origem divina, não tem ligação ao sagrado, assim como esse poder de governar os seus semelhantes não deve ser dado para toda a vida, razão pela qual, nasceram regimes políticos baseados em eleições periódicas e com limitação de mandatos.<sup>140</sup>

Já Carlos Feijó entende ser possível a compatibilidade entre as autoridades tradicionais, a democracia e as instituições do poder moderno, mas tal terá de ser precedido de um exercício que amplie o entendimento jurídico das instituições do Estado atual, introduzindo nelas

---

<sup>138</sup> Cfr. CORTEZ, António Francisco Adão, para mais desenvolvimentos sobre o caso Kamutukuleni no Kuando Kubango. (CORTEZ, António Francisco Adão, **As Origens do Fenómeno Kamutukuleni e o Direito Costumeiro Ancestral Angolense Aplicável**, Lisboa: Instituto PIAGET, 2005, p.161).

<sup>139</sup> NETO, Maria da Conceição, **respeitar o Passado – e não Regressar ao Passado**. Contributos ao debate sobre a Autoridade Tradicional em Angola, in Oliveira, Ana Maria de, (Coord.), *op.cit.*, p.179.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p.180.



elementos que permitam esboçar situações de coexistência institucional normativa, acautelando sobretudo eventuais violações inadmissíveis de normas e princípios que compõem o Direito moderno.<sup>141</sup>

Assim, para o autor, a questão dinástica e sagrada do poder não é, em si mesma, incompatível com a ideia de Estado de Direito, pois a mesma reflete somente uma forma de governo, sendo de considerar que o Estado admite outras formas de Direito para além daquela que emana dos seus órgãos.<sup>142</sup> Quanto a questão da perpetuidade do exercício do poder, refere que esse o princípio do poder tradicional é simplesmente característico dessa forma de poder local, não sendo, com efeito, generalizável ao todo nacional, e não admitindo, por conseguinte, aplicação analógica a outros casos. Considerar-se apenas em situações excepcionais fundadas na natureza de tais instituições tradicionais.<sup>143</sup>

Feita a nossa análise a este complexo problema, comungamos com a posição avançada por Carlos Feijó. Em nosso entender, as normas de procedimento e mesmo de composição das instituições do poder tradicional estão circunscritas à comunidade tradicional local, ou seja, ao poder local nesta sua forma específica, não tendo, por isso, um âmbito nacional. Além do mais, o Estado reconheceu essas instituições, aceitando assim a sua especificidade. De resto, a Constituição, no seu artigo 8º, reconhece outrossim o poder local como fazendo parte da organização democrática do Estado.

É no reconhecimento da pluralidade normativa que se concebe a natureza do poder regido pela perpetuidade, a alegada discriminação de ascensão ao poder de mulheres, e tantos outros aspetos supracitados que são vistos como contrários ao mundo moderno.

Entretanto, é preciso atentar que muitas manifestações costumeiras têm conhecido outras dinâmicas não se resumem só à realidade local. É caso, por exemplo, da tradição das mulheres Mukubais de que falamos anteriormente. Elas, hoje já circulam em todo território nacional com os peitos descobertos. É, por isso, premente que o Estado moderno democrático de Direito, crie condições de uma conciliação possível e estável entre o mundo moderno e essa ordem normativa, sob pena de se perder mesmo a excentricidade que lhe é característica, já que a prática costumeira é guardiã da cultura angolana e mantém viva a tradição dos antepassados.

Em síntese, o sentido do Estado democrático de direito trazido pela Constituição é também percebido pela sua visão plural, aglutinadora, no Estado unitário, da diversidade

---

<sup>141</sup> FEIJÓ, Carlos, *op.cit.*, p.378.

<sup>142</sup> *Idem*, p.378.

<sup>143</sup> *Ibidem*, pp.380-381.

cultural e etnolinguística existente em Angola, devendo sempre que necessário recorrer-se aos princípios de harmonização de conflitos quando a situação assim justificar. Logo, quanto a nós, é possível a coabitação dessas normas jurídicas,<sup>144</sup> tendo como limite apenas o que contraria a Constituição e a dignidade da pessoa humana.

### **3.5- Principais Tarefas a Desenvolver à Luz do Ordenamento Jurídico Angolano**

Antes de projetarmos aqui as ações que, em nosso entender, devem ser realizadas pelo Estado angolano com vista a concretizar os desígnios do legislador constituinte, importa fazer uma nota prévia. Tudo o que vamos escrever daqui em diante só será possível de concretizar se, em Angola, se começarem a dar passos largos com vista a uma descentralização político-administrativa efetiva. Caso contrário, será bastante difícil almejarmos um normal funcionamento do poder local *de jure* e *de facto*.

Assim, para nós, esse caminho deverá ser trilhado através de duas grandes linhas de atuação por parte do Estado Angolano e dos seus principais parceiros. A primeira linha deverá ser composta pela *criação de uma base jurídica fundamental para a institucionalização e o normal funcionamento do Poder Tradicional*. Legislação esta que virá no seguimento do que é preceituado no artigo 225º da Constituição, à qual poderá acrescentar-se a questão da delimitação dos limites geográficos de atuação dos órgãos dessas instituições tradicionais. Reveste-se este último ponto de grande complexidade, na medida em que hoje encontramos autoridades tradicionais com zonas de jurisdição que ultrapassam os limites formais de uma povoação, comuna, província ou mesmo as fronteiras nacionais.

Uma segunda linha passa por uma *teorização do costume* que possibilite um amplo estudo das suas normas e contribua para criar legislação que concretize o artigo 7º da Constituição.<sup>145</sup> Ademais, a criação de um diploma que realize este preceito constitucional deverá ser antecedida de um árduo trabalho, e, tendo em conta a especificidade do direito costumeiro, deverão ser realizadas consultas *in situ* por equipas compostas pelas mais variadas sensibilidades, envolvendo juristas, sociólogos, etnólogos, historiadores e antropólogos, que deverão procederem ao tratamento e compilação dos principais costumes.

Só assim se concretizará a Constituição (*máxime* artigo 7º) e possibilitará a aplicação do

---

<sup>144</sup> Verifica-se também essa relação de coabitação, com as suas especificidades, em alguns países da região da SADC (Sociedade de Desenvolvimento da África Austral) como África do Sul, Botswana, Moçambique e Namíbia.

<sup>145</sup> O artigo 7º da Constituição da República de Angola determina que é reconhecida a validade e a força jurídica do costume que não sejam contrárias à Constituição nem atentem contra a dignidade da pessoa humana.

costume em tribunais, podendo ser evocado por qualquer das partes em contenda, ou mesmo no dia-a-dia das autoridades tradicionais, que exercerão o seu poder nas relações com as entidades locais ou centrais.

Importa ainda observar no quadro da produção legislativa premente, a criação de uma norma de atribuição de poderes às autoridades tradicionais, para conhecerem dos litígios ligados à feitiçaria e toda sua envolvente. Apesar do reconhecimento jurisprudencial já citado, cumpre aperfeiçoar este aspeto, uma vez que essa é uma prática cada vez mais abrangente na sociedade angolana.

Assim, defendemos um “desenho” em que as autoridades tradicionais continuem a resolver os litígios simples no seio político-comunitário, de natureza civil, familiar e penal, com soluções jurídicas que não atentem contra a dignidade da pessoa humana e firam a Constituição, numa espécie de centros de resolução de conflitos extrajudiciais aos Estados modernos. Contudo, deverá definir-se as alçadas em que estas instituições já não poderão intervir, passando o poder para as autoridades competentes locais ou centrais.

É preciso também atentar que a Constituição orienta o legislador ordinário no sentido de atribuir verdadeiros poderes administrativos às Instituições do Poder Tradicional, *ex vi* do artigo 225º. Tal facto suscita a questão de saber se no estágio atual tais entidades demonstram capacidades para desenvolver atividades que se incumbe a uma administração moderna, como sejam: gerir bens patrimoniais de acordo com a lei, sujeitar-se a um regime de fiscalização estadual, ou seja, administrar segundo a lei.

Parece-nos que a resposta seja negativa. Uma coisa é administrar nos ditames da lei, outra coisa é administrar segundo os ditames consuetudinários, muitas vezes sem a observância de valores como a transparência, legalidade, justiça, proporcionalidade e parcimónia. Assim, pensamos que, na perspetiva do seu futuro estatuto (decorrente do direito positivo), se estructure um amplo plano de formação dessas entidades e seus principais colaboradores, no sentido de os potenciar para o exercício da função administrativa com base na lei.

Diante do que foi dito, não se pode conceber a regulação normativa da atividade das instituições do poder tradicional senão por via de um Estatuto com duas feições. A primeira decorre do Direito Costumeiro ou Originário, que reforçará a crença e a legitimidade destas instituições no seio das comunidades. Já a segunda é decorrente do Direito Positivo, que determinará a organização e funcionamento destas instituições por via de uma transferência

legal.<sup>146</sup>

### 3.6 – A Tutela Administrativa das Instituições do Poder Tradicional

Nos dias que correm, entre os intelectuais angolanos tem-se levantado, o debate sobre que regime de tutela deverá ser implementado para o controlo das Instituições do Poder Tradicional. A questão centra-se em saber se estas instituições devem ser tuteladas pelos órgãos do poder autárquico, da administração local ou pela administração Estadual.

Ora, a Tutela Administrativa “consiste no conjunto de poderes de intervenção de uma pessoa coletiva pública na gestão de outra pessoa coletiva, a fim de assegurar a legalidade ou o mérito da sua atuação”.<sup>147</sup> Ela está direcionada para assegurar, por parte da entidade tutelar, que a entidade tutelada prima pelo cumprimento das leis (tutela de legalidade), ou para garantir que a mesma adote soluções convenientes e oportunas para a prossecução do interesse público (tutela de mérito).<sup>148</sup>

A Constituição, no título sobre o Poder Local, refere-se à tutela administrativa no n.º 2 do artigo 221º referente às autarquias locais como sendo apenas uma tutela de legalidade,<sup>149</sup> preceito que, em nosso entender, se aplica *mutatis mutandis*, às instituições do poder tradicional. Em reforço disso, a Lei orgânica do poder local (Lei n.º 15/17 de 8 de Agosto) alude, no seu n.º 4 do artigo 23º, que as instituições do poder tradicional podem estar sujeitas ao regime da tutela administrativa, tendo em conta as suas especificidades e as formas previstas na Constituição e na lei.

Pelo exposto, pretendemos assim dizer que a Constituição não faz uma estratificação das três formas do poder local em Angola, estando todas em pé de igualdade. Assim, havendo o regime de tutela administrativa das Instituições do Poder Tradicional, em princípio ela deverá ser feita pela Administração Estadual, cabendo-lhe legislar nos termos das disposições combinadas dos artigos da Constituição n.ºs 164º, alínea f), 170º e 165º n.º 2, tendo em atenção o nível de intensidade dessa tutela, por forma a não ser incompatível com o próprio princípio da autonomia local.

---

<sup>146</sup> MASSUANGANHE, Israel Jacob, *op. cit.*, p.140.

<sup>147</sup> AMARAL, Diogo Freitas do, **Curso de Direito Administrativo**, vol. I, 4ª Ed., Coimbra: Almedina, 2016, p.729.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p.729.

<sup>149</sup> Como acontece atualmente em Portugal, nos termos do artigo 242º da Constituição da República Portuguesa.

## CONCLUSÕES

Expostos os elementos essenciais que alimentam na atualidade a discussão sobre a coexistência entre as ordens normativas costumeira e positiva, bem como o futuro jurídico das autoridades tradicionais em Angola, a nosso ver, o resultado é evidente e satisfatório. Assim, a partir deste nosso contributo para o estudo dessa relação, extraímos as seguintes conclusões:

1- Apesar do que doutrinariamente é apresentado como fundamento da sua obrigatoriedade, o costume, no caso Angolano, forja essa obrigatoriedade na presença de aspetos mágico-religiosos, questões divinas e temor aos ancestrais.

2- Soba é a designação geral das autoridades tradicionais em Angola, sendo esta a figura máxima no seio da comunidade onde desempenha tarefas administrativas, entre outras. A sua legitimidade não resulta de processos eleitorais diretos e periódicos, mas sim de regras de base costumeira;

3- As formas de provimento da autoridade tradicional são por *linhagem*, que normalmente se opera por via matrilinear, e por *indicação* ou *elo político*, esta última muito por conta dos conflitos que o país viveu, dificultando a presença de entidades originárias nas comunidades tradicionais;

4- Apesar da existência de uma imposição Constitucional que vem já da Lei de 1992, a descentralização administrativa em Angola é ainda um processo por concretizar. Não obstante nos últimos anos termos vindo a assistir a produção legislativa relativa a vários domínios da descentralização, a justificação para os escassos avanços a este nível tem sido de ordem financeira. Assim, nos próximos tempos, auguramos por ações efetivas do Estado Angolano no sentido de concretizar tal desiderato para o bem do Estado democrático e de Direito;

5- O poder local em Angola conheceu uma elevação da sua dignidade constitucional em 2010 se compararmos com a Lei Constitucional anterior de 1992. Essa Lei Magna de 2010 confere-lhe uma visão mais abrangente introduzindo três formas organizativas de poder local nos termos do n. º2 do artigo 213º, com realce para as Instituições do Poder Tradicional integradas pela primeira vez num texto constitucional da Angola independente;

6- A institucionalização do Poder Tradicional em Angola deverá ainda obedecer, no entanto, a algumas cautelas em função da sua própria natureza, visto que essas não estruturas tradicionais não são homogêneas. Na prática deverá delinear-se modelos de convivência de entidades não eleitas, com uma legitimidade provinda de fonte costumeira, com entidades

resultantes de sufrágio democrático e orientadas segundo o direito positivo. No entanto, uma lei própria deverá determinar o estatuto jurídico dessas entidades conforme o preceituado no artigo 225º da Constituição. Portanto, urge concretizar a Constituição neste domínio;

7- É de todo fundamental também que se eleve o nível de cultura jurídica das autoridades tradicionais. Só assim as instituições do poder tradicional terão capacidades próprias para gerir atividades que pertencem normalmente ao Estado, reguladas pelo direito positivo, como são os casos de atos de gestão financeira e patrimonial;

8- As autoridades tradicionais e o costume só ganharam dignidade constitucional em 2010, estabelecendo-se como únicos limites à sua validade a obrigatoriedade de estarem conformes à Constituição e de não violarem a dignidade da pessoa humana. Destarte, é urgente e ingente a criação de legislação que regule a atuação dessas entidades com as demais, com vista a concretizar a Constituição. Embora em número reduzido, ainda se assiste a práticas contrárias à Constituição em algumas regiões do país;

9- Em nosso entender, as ações do Estado angolano deverão ser direcionadas em duas principais frentes: a primeira está relacionada com a criação de base jurídica fundamental para institucionalização e o normal funcionamento do Poder Tradicional já institucionalizado; a segunda tem a ver com a teorização do costume e criação de legislação que concretize o artigo 7º da Constituição;

10- O Estado angolano democrático e de Direito deverá criar todas as condições possíveis para uma convivência pacífica entre as duas ordens normativas uma vez que o valor histórico, cultural e social das autoridades tradicionais há muito foi reconhecido pelas autoridades governativas e serão para manter.

## BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRINO, José Melo. *O Novo Constitucionalismo Angolano*. Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2013.

AMARAL, Diogo Freitas do. *Manual de Introdução ao Direito*. Vol.I. Coimbra: Almedina, 2004.

- *Curso de Direito Administrativo*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2016.

ASSIS, Manuela. *Sistemas Jurídicos e Judiciais*: os tribunais coloniais e a aplicação da justiça aos indígenas. *Revista Africana Studia*. Porto, CEAUP, n. °21, p.75-94, 2013.

CAETANO, Marcello. *Manual de Direito Administrativo*. 10ª ed. Coimbra: Almedina, 1991.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CORTEZ, António Francisco Adão. *As Origens do Fenómeno Kamutukuleni e o Direito Costumeiro Ancestral Angolense*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

- *Direito Costumeiro e o Poder Tradicional dos Povos de Angola*. Luanda: Mayamba Editora, 2010.

CURI, Melissa Volpato. *O Direito Consuetudinário dos Povos Indígenas e o Pluralismo Jurídico*. Espaço Ameríndio. Porto Alegre, v.6, p.230-247, jul./dez. 2012.

DALA, José. *O Papel do Mwene na Comunidade e Cultura Nganguela*. In OLIVEIRA, Ana Maria de (Coord.), 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território. Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2003 (155-164).

ESTERMANN, Carlos. *Etnografia do Sudoeste de Angola* (os povos não-Bantos e o grupo étnico dos Ambós). Vol. I. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960.

- *Etnografia do Sudoeste de Angola* (o grupo Nyaneka-Humbe). Vol. I. Vila Nova de Famalicão: Tipografia Minerva, 1960.

FEIJÓ, Carlos. *A Coexistência Normativa entre o Estado e as Autoridades Tradicionais na Ordem Jurídica Plural Angolana*. Coimbra: Almedina, 2012.

FEIJÓ, Carlos, PACA, Cremildo. *Direito Administrativo*. 3ª ed. Luanda: Mayamba Editora, 2013.

FLORÊNCIO, Fernando. *Ao Encontro dos Mambos: autoridades tradicionais vaNdau e o Estado em Moçambique*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

- *Pluralismo Jurídico e o Estado Local em Angola: um olhar crítico a partir do estudo de caso do Bailundo*. Revista de Antropologia Portuguesa. Coimbra: Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, n.28, p.95-134, junho 2010.

GUEDES, Armando Marques et. al. *Pluralismo e Legitimação: A Edificação Jurídica Pós-colonial de Angola*. Coimbra: Almedina, 2003.

- *O Estudo dos Sistemas Jurídicos Africanos*. Coimbra: Almedina, 2004.

GUEDES, Armando Marques, LOPES, Maria José. *State and Traditional Law in Angola and Mozambique*. Coimbra: Almedina, 2007.

JELEMBI, Belarmino. *A estruturação do poder local em Angola e a contribuição do processo do encontro das Comunidades para o seu fortalecimento e democratização*. Revista Jurídica do Direito. Vol.28. n. °1, p.181-215, jan./jun.2014.

KWONONOCA, Américo. *Visão Antropológica sobre o Exercício do Poder Tradicional: o caso do Ohamba Mwangambwe*. In OLIVEIRA, Ana Maria de (Coord.), 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território. Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2003 (141-149).

MACHADO, J. Baptista. *Introdução ao Estudo do Direito e o Discurso do Legitimador*. 7ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 1994.

MILHEIROS, Mário. *Mensário Administrativo, Publicação de interesses colonial*, n. °17. Luanda: Edição da Direção dos Serviços Administração Civil, 1949.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *Os Ambos de Angola antes da Independência*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências e Políticas, 1994.

MUASSANGANHE, Israel Jacob. *O Poder Local, as Autoridades Tradicionais e a Reforma da Governação Local: as relações do poder e os desafios no quadro da descentralização*. Revista Justiça do Direito. V.1, n.2, p-111-155, jul./dez.,2011.

NETO, Maria da Conceição. *Respeitar o Passado – e não Regressar ao Passado*. Contributos ao debate sobre a Autoridade Tradicional em Angola. In: OLIVEIRA, Ana Maria de (Coord.),



1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território. Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2003 (177-186).

OLIVEIRA, Mário Esteves de. *Direito Administrativo*. Vol.I. Lisboa: Almedina,1980.

PACHECO, Fernando. *Autoridades Tradicionais e Estruturas do Poder em Angola*: Aspetos essenciais a ter em conta na futura administração autárquica. In: Ciclo de Palestras sobre a Descentralização e o Quadro Autárquico em Angola. Luanda: Fundação Friedrich Ibert, 2002, p.1-15.

PAHULA, Ovídio, MUPINGA, Benedito dos Santos. *O Grupo Etnolinguístico Nyaneka-Humbe no Contexto Nacional* – Uma breve reflexão sobre a sua estrutura social, económica e cultural. In: OLIVEIRA, Ana Maria de (Coord.), 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território. Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2003 (257-264).

QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. *Lições de Direito Administrativo*, Vol. I. Coimbra: [s.n.] 1976.

REMY, Alain Souto. *As Autoridades Tradicionais Angolanas*. Revista do Direito da Língua Portuguesa. Lisboa: Instituto do Direito da Língua Portuguesa, N.4, Ano II, p.7-21, julho/dezembro, 2014.

SOUSA, João de Almeida e. *Apontamentos de Etnografia por Africanos*. Inquérito aos hábitos e costumes do povo adstrito à administração de Nrikinya. Luanda: Editora Caxinde, 2008.

SOUSA, António Francisco de. *Manual de Direito Administrativo Angolano*. Porto: Vida Económica, 2014.

-*Constituição da República de Angola*: Anotada e Comentada. Porto: Vida Económica, 2014.

- *Administração Pública e Direito Administrativo*. Novos Paradigmas. Porto: Vida Económica, 2016

TELLES, Inocêncio Galvão. *Introdução ao Estudo do Direito*, Vol.I, 1ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

VIANA, César. *A Autoridade Tradicional em Angola*. In: OLIVEIRA, Ana Maria de (Coord.), 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território. Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2003 (269-281).

WEBER, Max. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Lisboa: Edições 70, 2015.

ZASSALA, Carlinhos. *A Organização Tradicional como Factor de Desenvolvimento Socioeconómico e Cultural das Sociedades Tradicionais*. In: OLIVEIRA, Ana Maria de (Coord.), 1º Encontro sobre a Autoridade Tradicional em Angola, Ministério da Administração do Território. Luanda: Editorial Nzila, Lda, 2003 (440-442).

ZIPPELIUS, Reinhold. *Sociologia do Direito e do Estado*. Noções Fundamentais. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.